

# Diário do Legislativo de 17/04/2007

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 11ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 12ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/4/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 450/2007; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 42/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 279/2007; aprovação com a Emenda nº 1 - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Durval Ângelo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 450/2007, do Deputado José Henrique, que transfere sede de entidade educacional para a Capital do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 450/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão de Educação

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 42/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curvelo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 279/2007, do Deputado Célio Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Corinto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 279/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/4/2007

### Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.684/2004; discurso do Deputado Durval Ângelo; questão de ordem; discurso do Deputado Durval Ângelo; questão de ordem - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pindaça Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 42, 279 e 450/2007, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje de manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.684/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2003. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo\* - Concedo um aparte ao Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Gostaria de saber se o parecer sobre as contas do Tribunal de Contas foi emitido nesta legislatura ou na legislatura passada, pois não me recordo de nenhuma reunião realizada recentemente. Seria interessante que fosse distribuído pela Casa o avulso ou pelo menos uma síntese do parecer, pois, afinal de contas, isso é algo diferente para nós. Estamos julgando as contas do Tribunal de Contas, e não me recordo de nenhum pronunciamento, nenhuma análise da matéria feita recentemente.

Talvez o pronunciamento do Deputado Durval Ângelo possa esclarecer essas dúvidas, pois é, no mínimo, inusitado, "sui generis", julgar as contas do Tribunal de Contas sem saber o que há nessa conta. Trata-se de uma conta que não é desta legislatura, mas da legislatura passada. Portanto estou perdido. Obrigado.

O Deputado Durval Ângelo\* - Perfeitamente. Mas antes disso, eu poderia esclarecer ao nobre colega que esse parecer é da legislatura passada e foi publicado no "Diário do Legislativo", no dia 27/5/2004.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Foi proferido pelo Deputado Ermano Batista.

O Deputado Durval Ângelo\* - Já que seria importante, aconselho que todos os Deputados tenham acesso ao processo todo. Mas se alguém quer melhor esclarecimento sobre a matéria, é interessante requerer também uns dois ou três discursos que o Deputado Toninho Andrada fez quando era Deputado, antes de ser Conselheiro, a respeito da apreciação das contas. Temos algumas peças e alguns discursos bem esclarecedores.

Concederei o aparte, mas a estranheza diante do inusitado, demonstrada pelo colega Deputado Carlos Pimenta, é a mesma surpresa que este Deputado teve ao ler o relatório da Comissão de Constituição e Justiça, o voto do Deputado Ermano Batista. É interessante que, ao final do voto, temos uma pérola em direito, que ainda tem que ser compreendida pelos juristas deste país.

No antepenúltimo parágrafo, assim se expressa o parecer: "Importante também registrar que o Tribunal não está sujeito ao controle externo". Isso por uma norma interna e regimental do próprio Tribunal, porque estabelecemos, na Constituição Estadual, no art. 73, § 1º, item II, e pelo "caput" do art. 76, que o Tribunal de Contas do Estado é o órgão auxiliar da Assembléia Legislativa. Entendemos que isso é esclarecedor. Todos os poderes estão sujeitos à fiscalização desta Assembléia, principalmente aquele que a Carta mineira estabelece como órgão auxiliar do nosso Poder.

É interessante que há outra resolução interna do Tribunal que retira pensionistas e aposentados do cálculo para a questão do limite dos gastos constitucionais estabelecidos, o que, de alguma forma direta, favorece o próprio Tribunal.

Mas continua este famoso antepenúltimo parágrafo dizendo assim: "O envio trimestral a esta Assembléia do relatório de atividades utiliza a mesma linha da abordagem quantitativa". E podemos ver que o relator, um pouco atrás, fala também do quantitativo. Diz que não houve um detalhamento das despesas do Tribunal nem um resultado qualitativo das suas inspeções.

Mas continua o parecer: "Que não é suficiente e não supre a necessidade de fiscalização e de acompanhamento externo que a sociedade demanda. Observa-se, na leitura do relatório anual de atividades, por exemplo, além dos mesmos dados estatísticos, uma extensa relação das suas competências e procedimentos contidos no seu Regimento Interno".

O Tribunal não enviou à Assembléia a sua prestação de contas. E acredito que tenhamos aqui ex-Prefeitos e ex-Prefeitas que sofreram o rigor do Tribunal, e futuros Prefeitos e Prefeitas. O Tribunal encaminhou para a Assembléia só relatórios estatísticos e quadros comparativos, o que é um verdadeiro absurdo.

Mas vejam o parecer ainda mais: "Assim não se podem verificar os detalhes da execução do orçamento do Tribunal, não se pode verificar o controle dos atos de gestão do Tribunal, não se pode verificar" - pasmem os senhores - "os procedimentos licitatórios do Tribunal". Sabemos o que aconteceria se alguém aqui, Prefeito ou Prefeita, não encaminhasse procedimentos licitatórios ao Tribunal.

E diz mais o relatório: "Não se podem verificar os resultados alcançados nas auditorias e fiscalizações que julgamos fundamentais em uma prestação de contas".

Então, Deputado Carlos Pimenta, deu-se parecer de quê? De um belo relatório, de uma carta de intenções, e esta Casa depois manifestou um parecer, ao final, contraditoriamente, ao grande parlamentar, ao grande Deputado que foi o Ermano Batista, alguém a quem respeito muito, como também a todos os seus colegas. Toda a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária aprovou... Como, no final, deu-se um parecer, com essas limitações do antepenúltimo parágrafo, pela aprovação das contas do Tribunal?

Deputado Lafayette de Andrada, Deputado e irmão do Deputado citado no início, que também usava uma expressão instituída por este Deputado, há 12 anos, quando dizia "tribunal faz-de-contas". Em 2004, ele usou muito essa expressão. Com toda certeza, você tem direito a este aparte, na frente de qualquer outro Deputado. À vontade.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Ele foi para lá para deixar de fazer de conta. Exa., quero dizer o seguinte: o Tribunal de Contas, como qualquer órgão e como V. Exa. disse no início das suas palavras, precisa ter submetidas suas contas a esta Casa sim. A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara quanto a isso, sobretudo quanto ao Tribunal de Contas, um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa. Ainda não discutirei o mérito do parecer, porque estou como orador inscrito e quero acompanhar seu raciocínio, mas quero dizer que, como lembrou o Deputado Carlos Pimenta, é necessário que o Tribunal tenha as suas contas aprovadas por nós. Não tenho agora, neste momento, elementos para estudar com mais profundidade o parecer do relator, visto que ele foi exarado na legislatura passada, quando ainda não estávamos nesta Casa. Mas é importante que nos debrucemos sobre ele com profundidade, para que possamos fazer uma avaliação, correta, justa e serena sobre as contas daquele Tribunal. Muito obrigado pelo aparte, Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo\* - Então, estamos em uma peça surrealista com nome de "contas", que estão na ementa que todos receberam para votar. Nós votaremos uma carta de intenção. O Tribunal não enviou para esta Casa, como diz o Ermano, e é verdade... Ele só enviou dados estatísticos, e ainda fez questão de colocar suas competências que estão no Regimento Interno, competência que, de certa forma, o blinda de ter de prestar conta à sociedade mineira, porque, quando falamos em Assembléia Legislativa, nos referimos ao povo, à sociedade mineira.

Imagino se o Deputado Carlos Mosconi, na Fhemig, encaminhasse para o Tribunal, em vez dos procedimentos licitatórios, dos resultados das contas bancárias e, de todos seus procedimentos administrativos, um relatório: "Eu, Carlos Mosconi, à frente da Fhemig..."; e este bonito relatório, trimestralmente... O Ermano teve talvez dificuldade em grampear todos os relatórios trimestrais. Então, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, devemos debruçar-nos mais sobre essa matéria. Temos de pedir diligência e complementação das informações.

Imaginem, Srs. Deputados, se o Rômulo Veneroso, Presidente da Câmara Municipal de Betim, ao prestar contas de sua gestão, fizesse o mesmo procedimento que o Tribunal de Contas. Com toda certeza, ficaria reprovado, levaria bomba e hoje teria problemas até na sua gestão como Deputado Estadual. Imaginem se o Prefeito Ronaldo, em Itabira, em vez de enviar os balancetes bancários, a conferência de tudo, mandasse simplesmente um relatório assinado por ele? No caso do Tribunal - pasmem os senhores -, os relatórios encaminhados para cá são assinados pelo Presidente, mas foram elaborados por funcionários do Tribunal. Imagine, Prefeito Ronaldo, se você mandasse os relatórios feitos pelos seus funcionários ao Tribunal de Contas.

Então, não temos elementos para apreciar. Se o fizéssemos, estaríamos apreciando um pedaço de ficção, fazendo um engodo, enganando a nós e também à sociedade.

Com toda certeza, o Deputado Sebastião Costa lembrou-se muito bem do rigor das inspeções do Tribunal quando foi Prefeito de Divino. Compete a nós fazer essas inspeções, porque o Tribunal de Contas é nosso órgão auxiliar. Para que todos possam apreciar essa prestação de contas, vou pedir a verificação de quórum. Até para a argumentação de qualquer questão, temos de analisá-la atentamente. Vou pedir a suspensão da reunião, porque gostaria que estivessem aqui os 77 Deputados, para me ouvirem e para ouvirem o Deputado Lafayette de Andrada, porque estamos diante de uma peça de ficção. Se alguém achar que estamos exagerando, olhem a prestação de contas do Tribunal de Contas. Aqui estão incluídos alguns pareceres da Assembléia. Se encaminharam ao Tribunal um relatório dessa densidade, penso que alguns Prefeitos tiveram de alugar carro ou caminhão, de Sabará, com toda certeza, para levarem essa prestação de contas. Talvez, na Fhemig, algumas kombis foram cheias com as licitações.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Já desconfiava que as coisas deveriam ocorrer dessa forma. Quando fiquei sabendo que estava em pauta não somente uma prestação de contas, mas duas, 2003 e 2004, levei um susto. Quem promove a pauta é o Presidente desta Casa. Acho que V. Exa. está coberto de razão.

#### Questão de Ordem

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, no mínimo, esta legislatura teria de analisar essas contas, por meio da comissão competente. Ela deveria rever essas contas, não que tenhamos desconfiança dos Deputados do passado, mesmo porque conhecemos bem o Ermano Batista, um dos maiores juristas que esta Casa já teve, extremamente consciente e competente. Na verdade, acho que essa revisão é, no mínimo, cautelosa.

Além do mais, tomei conhecimento agora de que, há dez anos, o Tribunal de Contas não analisa as contas da Assembléia. O Deputado Rêmo Aloise, que militou muitos anos na Mesa, passou-me essas informações. E vira tudo uma confusão. O Tribunal de Contas julga as contas dos Municípios, que, em última análise, não valem nada. Se a Câmara quiser derrubar o parecer do Tribunal de Contas, poderá fazê-lo. Ele julga as contas da Assembléia, mas, há bastante tempo, essa prestação não aparece. Estamos julgando contas de uma legislatura passada, que já caiu no esquecimento. Acho que temos de rever isso, não que tenhamos desconfiança. Acho que, se não nos sentirmos satisfeitos com o envio da documentação, poderemos solicitar, pelo menos, informações mínimas. O Tribunal não é o órgão auxiliar desta Casa? Acho que esta Casa tem direito a maiores informações.

Além do mais, temos no Tribunal ex-colegas, como Antônio Carlos Andrada, Wanderley Ávila, Simão Pedro, Elmo Braz. A maioria são ex-Deputados, que, no passado, também se sentiram no direito de ter mais informações. Temos aqui o Deputado Sebastião Helvécio, do nosso Partido, um dos maiores conhecedores das questões tributárias, futuro membro do Tribunal de Contas. Com toda sua bagagem, ele vai para o Tribunal. Já estamos fazendo sua campanha, Tião, pois acho que você merece isso. Mas acho, Deputado Durval Ângelo, que você tem razão. Não devemos aprovar hoje essas contas, devemos conversar novamente com a Mesa Diretora, para que esta Casa possa, pelo menos, rever os pareceres da legislatura passada. Temos de passar informações à turma nova que vem aí. Estamos de acordo. Solicitamos que possamos rever as contas.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Durval Ângelo, quero fazer uma ponderação. Em primeiro lugar, concordo com V. Exa. e com os demais Deputados que é um ato de extrema responsabilidade analisar contas. Essa é uma das funções deste Poder, que considero tão importante quanto a função de legislar. É comum que o cidadão menos atento às funções do Poder Legislativo entenda que, por chamar-se Poder Legislativo, sua função restringe-se a legislar. Na verdade, votamos e legislamos, aprovando ou não as contas. Mas temos de fazer algo mais: temos de exercer nossa função constitucional de fiscalizar.

Concordo com V. Exa. que não pode pairar dúvida sobre a competência da Assembléia Legislativa para fiscalizar, analisar e aprovar as contas do Tribunal de Contas, assim como do próprio Poder Executivo. Também é dever da Assembléia autogerir-se, com a responsabilidade de quem usa o dinheiro público.

Por outro lado, gostaria de fazer uma ponderação. Acompanhei o trabalho do Deputado Ermano Batista. Em que pese ser razoável discutirmos a conveniência e a necessidade de aperfeiçoar alguns métodos de acompanhamento da execução orçamentária e, portanto, da fiscalização do uso do dinheiro público, tanto no Tribunal de Contas, como na Assembléia, no Poder Judiciário e no Poder Executivo, é importante que não ocorram situações como essa mencionada pelo Deputado Carlos Pimenta de que há contas da Assembléia Legislativa que há décadas não têm um parecer ou uma análise detalhada do Tribunal. Isso não é saudável para um Tribunal que tem como função precípua acompanhar e fiscalizar as contas em que se aplica o dinheiro público de todas as entidades, instituições e entes no âmbito estadual, inclusive Prefeituras, autarquias, e assim por diante.

Mas o que pondero em favor do Deputado Ermano Batista, e sei que V. Exa. em momento algum faltou com a consideração a ele...

O Deputado Durval Ângelo\* - O senhor não estava presente no início, quando fiz um registro.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Acompanhei seu pronunciamento porque eu estava na Casa e dirigi-me ao Plenário. V. Exa. sempre primou pela consideração e respeito com o Deputado Ermano Batista e com todos os colegas desta Casa. Estou referindo-me a isso para dizer que não só acompanhei o trabalho do Deputado Ermano Batista, que emitiu o parecer pela aprovação das contas, como também faço esta análise, embora não de forma tão aprofundada como V. Exa. faz neste momento. Estou seguro de que devemos aprofundar a reflexão sobre as contas que nos foram remetidas. Se necessário for, ampliaremos este debate não apenas nesta reunião. Com certeza devemos cumprir nossa missão.

Analisar pela aprovação ou pela rejeição é também cobrar do Tribunal de Contas que cumpra seu dever em relação às contas da Assembléia. É nesse nível que nos devemos posicionar, até porque a harmonia é fundamental entre órgãos que têm uma função complementar. O Tribunal é um órgão de apoio, de função complementar, principalmente em relação à Assembléia fiscalizar.

Concluindo, Deputado Durval Ângelo, entendo que devemos aprofundar essa análise, mas emitir nosso parecer.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado Durval Ângelo, V. Exa. traz elementos importantes que precisam ser aprofundados. Devido à importância da matéria, sugiro a V. Exa. que solicite a verificação de quórum e, não havendo quórum, que a reunião seja encerrada, de plano, para aprofundarmos essa matéria.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte)\* - Deputado Durval Ângelo, concordo com V. Exa. Acho que, especialmente para os novos Deputados, não há condições de analisar contas sem ter nem sequer a cópia do parecer. Peço mais ao Sr. Presidente. Gostaria de ver toda a prestação de contas, porque foi assim que fizera comigo em dois mandatos de Prefeito. Quero todas as contas, detalhadamente. Gostaria de verificá-las e apreciá-las com cuidado e com esmero, porque sofri muito com o Tribunal de Contas. Sofri tanto que V. Exa. nem sabe. Quando o prédio do Tribunal funcionava na Praça Sete de Setembro, trouxe duas "kombis" de documentos, que sumiram. E eu, fora do mandato, fui obrigado a contratar pessoas e a pagar por fora, na Prefeitura, para refazer a prestação de contas de uma Prefeitura.

Acho que V. Exa. está fazendo um pronunciamento muito importante. Na discussão que faremos lá na frente, gostaria de saber por que tem de ser tribunal, e por que não é conselho de contas. Da mesma forma, por que havia uma promotoria especial para apurar crimes de Prefeitos, quando não há promotoria especial para apurar crime de Juiz, de Delegado, de Promotor de Justiça? V. Exa. está coberto de razão, tem meu integral apoio. Sr. Presidente, não quero só o parecer, quero as contas integrais, porque gostaria de analisá-los com cuidado e com muito carinho.

#### Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, na concordância com os Deputados e aliado a todos os argumentos, solicito o encerramento, de plano, da reunião, para uma reflexão maior de todos nós.

O Sr. Presidente - Em resposta à questão de ordem suscitada pelo Deputado Carlos Pimenta, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos: em primeiro lugar, os pareceres e o inteiro teor do projeto foram publicados no "Minas Gerais" e estão na internet, na página da Assembléia; em segundo lugar, o projeto não foi arquivado na legislatura passada, porque existe exigência constitucional para apreciação dessa matéria pela Assembléia Legislativa; e em terceiro lugar, as etapas previstas do art. 216 ao art. 221 do Regimento Interno, que se referem às etapas já cumpridas, não devem mais voltar para serem votadas novamente na Comissão de Fiscalização Financeira.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E Justiça NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 27/3/2007

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Hely Tarquínio, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: 309, 318, 324, 330, 341, 342, 348, 352, 376, 377, 383, 386, 387, 390, 392, 393, 396 e 404/2007 (Deputado Gilberto Abramo); 305, 320, 327, 334, 338, 346, 347, 357, 365, 370, 375, 385, 397, 400 e 402/2007 (Deputado Sebastião Costa); 308, 316, 317, 326, 331, 336, 337, 345, 351, 359, 363, 371, 381, 389, 394, e 405/2007 (Deputado Delvito Alves); 313, 321, 325, 335, 339, 353, 368, 380, 382 e 399/2007 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 315, 319, 329, 333, 344, 349, 350, 356, 358, 360, 366, 379, 388, 391 e 398/2007 (Deputado Hely Tarquínio); 306, 312, 323, 328, 332, 354, 362, 367, 372, 374, 378, 384, 395, 401, 403, 406 e 407/2007 (Deputado Sargento Rodrigues) e 314, 322, 343, 355, 361, 364, 369 e 373/2007 (Deputado Gil Pereira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 129, 174, 187 e 285/2007 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Delvito Alves, aprovado pela Comissão. O Presidente informa que continua em discussão o Projeto de Lei nº 84/2007, que conclui pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade (relator: Deputado Delvito Alves), neste momento, o Deputado Hely Tarquínio apresenta requerimento solicitando o adiamento de discussão do referido projeto, que é aprovado. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 96/2007 (relator: Deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição); 73, 172, 213 e 227/2007 na forma do Substitutivo nº 1, 134 com as Emendas 1 e 2, 136, 144 e 181, os dois últimos com a Emenda nº 1 e 360/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 132 e 301/2007 estes na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves); 139/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 219/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 279/2007 com a Emenda nº 1 e 325/2007 (relator: Dalmo Ribeiro Silva); 323/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 166 e 193/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 167, 183, 211 e 221/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 115, 182, 189, 194, 199, 206 e 290/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 190, 191, 204, 229 e 300/2007 (relator: Deputado Delvito Alves); 299/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Hely Tarquínio, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 122/2007, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do

Deputado Sebastião Costa. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 238 e 239/2007, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo relator, Deputado Sargento Rodrigues. O Projeto de Lei nº 230/2007 é retirado de pauta por falta de pressupostos regimentais. São aprovados os requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 281/2007 e ao autor o Projeto de Lei nº 318/2007. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 246 e 253/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 249/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 256 e 282/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 258 e 280/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 277/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 173/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). O Projeto de Lei nº 179/2007 é retirado de pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Delvito Alves, aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 248, 255, 273, 274, 303, 313, 317 e 384/2007 e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 269/2007. É aprovado requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja formulado apelo às Comissões de Constituição e Justiça de todas as Assembleias Legislativas do País com vistas a se discutirem ações proativas em favor do agronegócio nacional. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Costa - Hely Tarquínio - Gilberto Abramo - Carlos Pimenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/3/2007

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite e João Leite, membros da Comissão de Direitos Humanos; os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar e Luiz Tadeu Leite, membros da Comissão de Segurança Pública. Estão presentes, também, a Deputada Ana Maria Resende e o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por ser esta a primeira reunião dessas Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina à realização de audiência pública para conhecer e debater as dificuldades de implantação da Lei nº 11.340, de 7/8/2006 (Lei Maria da Penha). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Hélcio Valentim, Desembargador representando o Desembargador Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Olívia de Fátima Braga Melo, Titular da Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, representando os Srs. Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Defesa Social, e Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil do Estado; Laís Maria Costa Silveira, Promotora de Justiça, Promotora de Defesa da Violência Doméstica e Familiar, representando o Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça; Heverton Flávio Ronconi da Rocha, Defensor Público, representando a Sra. Marlene Oliveira Nery, Defensora Pública-Geral do Estado; Jovita Levy, Vice-Presidente do Movimento Popular da Mulher - MPM; Raulina Maria Adissi, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas e membro da Comissão de Assistência Social e Direitos Humanos; Virgília Rosa, Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Mulheres do Governo do Estado; e Eliana Piola, Superintendente de Planos e Projetos da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres do Governo do Estado, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, que tece as suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite, João Leite e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja encaminhado ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, pedindo a tomada de providências imediatas para a criação do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, conforme o disposto na Lei nº 11.340, de 7/8/2006 (Lei Maria da Penha). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião conjunta, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - Luiz Tadeu Leite - Zé Maia - Lafayette de Andrada - Gustavo Valadares - Sargento Rodrigues.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 2/4/2007

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Carlos Pimenta e Antônio Júlio, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Roberto Carvalho, Luiz Tadeu Leite e Jayro Lessa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a eventual formação de cartel por parte dos revendedores de combustível em Belo Horizonte, conforme recentes denúncias publicadas na imprensa; e comunica o recebimento de correspondência do Sr. Alisio Vaz, Vice-Presidente Executivo do Sindicom, informando que o Sr. Helvio Rebeschini, Diretor de Defesa da Concorrência do Sindicom, representará esse sindicato nesta reunião. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Amauri Artmos da Mata, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor; Rubem Accioly Pires, Chefe de Divisão da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; a Sra. Teresa Célia Pacheco de Melo, Chefe da Coordenadoria de Defesa da Concorrência da ANP; os Srs. Sérgio de Matos, Presidente da Minaspetro; Hélcio Rebeschini, Diretor de Defesa da Concorrência do Sindicom; Feliciano Abreu, Diretor Executivo do Mercado Mineiro; e Paulo Emílio de Oliveira, responsável pela pesquisa de preço do Procon Assembléia, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se também a presença dos Srs. Ciro Augusto Piçarro, Diretor da Minaspetro; Leonardo Canabrava Turra, advogado da Minaspetro; e Antônio Rodrigues Silva Filho, advogado do Sindicom. O Presidente, Deputado Délio Malheiros, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais Deputados e convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos parlamentares e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2007.

Antônio Júlio, Presidente - Fábio Avelar.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 3/4/2007

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar, Délio Malheiros e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a

leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes, e informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 96/2007 (relator: Deputado Paulo Cesar) e 139/2007 (relator: Deputado Leonardo Moreira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 208, 216, 217 e 242/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Registra-se a chegada dos Deputados Luiz Tadeu Leite e Weliton Prado. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues e Durval Ângelo (2), em que pedem que as Comissões de Direitos Humanos e Segurança Pública se reúnam para debater e investigar, em audiência pública, o desaparecimento de pessoas no Estado; e seja realizada visita ao Presidente do Tribunal de Justiça para solicitar agilidade na criação do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Délio Malheiros, em que pede seja enviado pedido de providência ao Secretário de Defesa Social para a instalação de uma delegacia especializada em crimes contra a mulher no Município de Além Paraíba; e Paulo Cesar, Délio Malheiros, Luiz Tadeu Leite e Sargento Rodrigues, em que pedem seja realizada visita ao Governador do Estado para tratar de assuntos referentes à segurança pública. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente - Délio Malheiros - Leonardo Moreira.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 3/4/2007

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Hely Tarquínio, Sargento Rodrigues, Sebastião Costa, Carlos Pimenta (substituindo este ao Deputado Sargento Rodrigues, por indicação da Liderança do PDT) e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 421, 429, 431, 432, 436, 442, 448, 455, 461, 465, 467, 469, 470, 475, 480, 489, 493, 499, 508, 516, 525 e 528/2007 (Deputado Gilberto Abramo); 416, 419, 424, 426, 433, 438, 440, 441, 452, 457, 460, 476, 479, 482, 483, 486, 491, 494, 501, 504, 513, 517, 521, 524 e 530/2007 (Deputado Sebastião Costa); 408, 427, 437, 443, 462, 468, 472, 473, 481, 484, 495, 510, 511, 519 e 523/2007 (Deputado Delvito Alves); 409, 412, 418, 449, 450, 453, 454, 474, 505, 515 e 520/2007 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 411, 413, 414, 415, 428, 430, 444, 446, 447, 451, 458, 459, 464, 466, 471, 485, 490, 492, 498, 502, 509, 512, 522 e 527/2007 (Deputado Hely Tarquínio); 422, 423, 425, 435, 439, 445, 463, 477, 478, 487, 488, 496, 497, 500, 506, 507, 514 e 518/2007 (Deputado Sargento Rodrigues); 410, 417, 420, 434, 503 e 529/2007 (Deputado Gil Pereira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 225 e 267, ambos na forma do Substitutivo nº 1, 160, este com as Emendas 1 e 2 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 362/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Carlos Pimenta, em virtude de redistribuição); 382, este com a Emenda nº 1, 226 na forma do Substitutivo nº 1, 380 e 450/2007, este último com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); Projeto de Resolução nº 361/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 122, este na forma do Substitutivo nº 1, e 329/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 262, este na forma do Substitutivo nº 1, 291 e 322/2007, ambos com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 320/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela antijuridicidade, pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 91, 185, 196, 203, 207, 217, 220, 243 e 288/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 112, 212, 214, 233, 241 e 284/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 239 e 270/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 264, 286 e 297/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 89, 215, 296 e 302/2007, no 1º turno, deixam de ser apreciados, em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelos relatores, Deputado Gilberto Abramo. São aprovados os requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Fazenda o Projeto de Lei nº 120/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); ao Instituto Estadual de Florestas o Projeto de Lei nº 272/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão os Projetos de Lei nºs 327/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa), 386 e 383/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo) e 454/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); e à Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco o Projeto de Lei nº 455/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo). Os Projetos de Lei nºs 174 e 483/2007 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Gilberto Abramo, aprovado pela Comissão. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 265/2007, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Gilberto Abramo. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 374 e 378/2007, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelo relator, Deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 128/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição); 312/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 341, 343 e 355/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 179/2007 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Gilberto Abramo, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 240, 316, 364/2007, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 306, 395, 401, 403, 406 e 407/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 377/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 250, 259, 315, 319, 339, 352, 357, 358, 379, 385, 390, 398, 399, 400, 402 e 404/2007; à Secretaria de Estado de Educação os Projetos de Lei nºs 375 e 321/2007; e ao DER-MG os Projetos de Lei nºs 245 e 388/2007. É aprovado requerimento de autoria do Deputado Hely Tarquínio em que solicita seja marcada reunião de trabalho entre os membros da Comissão de Constituição e Justiça, o Vice-Governador do Estado e o Secretário de Estado de Fazenda, com a finalidade de se discutir a viabilidade de mudanças em médio prazo, das alíquotas de ICMS, de forma sistêmica e não pontual. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Hely Tarquínio - Fábio Avelar - Delvito Alves.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 3/4/2007

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Juninho Araújo, Paulo Guedes e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Juninho Araújo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir a situação dos trechos de rodovias federais que interligam o Circuito das Águas, no Sul de Minas, especialmente a BR-460, e as ações necessárias a sua recuperação. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº

172/2007, no 1º turno, para o qual designou relator o Deputado Gil Pereira. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Wilton de Alvarenga Viana Batista, Supervisor de Cadastro e Licitação, representando Sebastião de Abreu Ferreira, Superintendente da 6ª Unit-DNIT; Rinaldo de Castro Junqueira, Diretor-Secretário, representando Ralph de Castro Junqueira, Presidente da Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde Ltda.; Taylor Dias de Castro, Diretor, representando Lúcio Mauro de Castro Junqueira, Presidente do Sindicato Rural de Carmo de Minas; Paulo Roberto Silva, Diretor, representando Francisco Antônio Guerra de Castro, Presidente da Associação dos Produtores de Café da Mantiqueira; Yuri Vaz de Oliveira, Prefeito Municipal de Carmo de Minas; e a Sra. Liane Barbosa de Oliveira, Presidente da Associação Comercial de São Lourenço, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 65/2007 (relator: Deputado Juninho Araújo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 201, 202, 214, 232, 233, 251, 261, 264, 265 e 266/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlin Moura, em que pleiteia seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, solicitando cópias das Prestações de Contas dos Convênios nºs 308/04 e 161/05, efetuados em parceria com a Prefeitura de Machado; dos Deputados Gustavo Valadares, Dalmo Ribeiro Silva e Juninho Araújo, em que solicitam ao Comandante da 7ª Companhia da Polícia Rodoviária Estadual e ao Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal as estatísticas de acidentes ocorridos nas rodovias estaduais e federais em Minas Gerais; ao Diretor-Geral do DER-MG, sejam encaminhados a esta Comissão os resultados de prova de carga executados na obra dos viadutos de transposição da Rua Jacuí na Av. Cristiano Machado; e seja realizada visita desta Comissão às obras de duplicação da Av. Antônio Carlos nesta Capital; do Deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Governador do Estado pela criação do Centro Administrativo de Minas Gerais, que abrigará todos os órgãos públicos estaduais a serem instalados na região norte da Capital mineira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2007.

Gustavo Valadares, Presidente - Juninho Araújo - Gil Pereira.

#### ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/4/2007

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, Chico Uejo e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Aelton Freitas, Deputado Federal; Álvaro José Junqueira Copli, Lourival dos Santos, Presidentes das Câmaras Municipais de Carmo de Minas e Uberaba, respectivamente; e Elísio Cacildo Vieira, Gerente Executivo da Agência de Desenvolvimento de Ipatinga - ADI (29/3/2007); e do Sr. Clóvis Renato Soares de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Caxambu (30/3/2007). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 132/2007 no 1º turno (Deputado Chico Uejo); e 213/2007 no 1º turno (Deputado Domingos Sávio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 247, 253, 258, 259, 263 e 267/2007. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Ademir Lucas, solicitando o adiamento de votação do Requerimento nº 276/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, solicitando que seja realizada audiência pública desta Comissão para debater questões gerais sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente - André Quintão - Ademir Lucas - Inácio Franco.

#### ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/4/2007

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: denúncia apresentada pelo Sr. Heleno Maria Santos Marques do Nascimento sobre o não-atendimento do SUS à Sra. Cícera Eide Pereira por meio do Tratamento Fora Domicílio - TFD, do Município de Juatuba. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 73/2007, no 1º turno (Deputado Hely Tarquínio); 227/2007, no 1º turno (Deputado Carlos Pimenta); 246/2007, em turno único (Deputado Ruy Muniz); e 256/2007, em turno único (Deputado Doutor Viana). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 7/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, Deputado Hely Tarquínio. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 26/2007 (relator: Deputado Doutor Rinaldo), e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8, 11 e 12, 58, 60, 84 a 87, 109 a 114, 119 a 121, 182 a 193, 198, 213,240 e 246/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Ana Maria Resende e outros, em que solicita seja realizada audiência pública para debater sobre o processo de contratualização na área de saúde com os hospitais do Estado, e do Deputado Dinis Pinheiro, com emenda do Deputado Doutor Rinaldo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater, com os convidados que menciona, a grave situação financeira dos hospitais filantrópicos e privados do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2007.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Carlos Pimenta - Ruy Muniz - Doutor Rinaldo.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/4/2007

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça (substituindo o Deputado Gustavo Valadares, por indicação da Liderança do DEM) e os Deputados André Quintão e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina, em audiência pública, a receber a Delegação Cubana. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Estévez Hernández, Vice-Presidente do Instituto Cubano de la Amistad con los Pueblos - Icap -; Alejandro Aguilar, economista, especialista em questões latino-americanas; Roberto González Sehwerert, advogado; Reynaldo Feijoo Garcia, especialista do Icap para questões brasileiras; as Sras. Yarisleidis Medina Valle, estagiária do Icap; Dalva Rosa, professora de Espanhol; e o Sr. José Rodrigues da Silva, representante da Associação Cultural José Martin, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, também autor do referido requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão e Carlin Moura em que solicitam sejam enviados ofícios à Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil, ao Fiscal-Geral dos Estados Unidos, ao Secretário de Justiça dos EUA, ao Conselho de Direitos Humanos da Organização da Nações Unidas, ao Congresso Nacional, às Assembléias Legislativas Brasileiras e à Assembléia Distrital do Distrito Federal encaminhando o documento entregue a esta Comissão, pela Delegação Cubana, pedindo a libertação dos cidadãos cubanos Antonio Guerrero Rodriguez, Fernando Gonzalez Llort, Gerardo Hernandez Nordelo, Ramon Labanino Salazar e Rene Gonzalez Sehwerert, que se encontram presos nos Estados Unidos da América. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2007.

André Quintão, Presidente - João Leite - Gustavo Valadares.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, Tecnologia e Informática NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/4/2007

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e tratar de assuntos de interesse da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 136/2007 (Deputada Maria Lúcia Mendonça), 219/2007 (Deputado Deiró Marra), 450/2007 (Deputado Carlin Moura); em turno único, Projeto de Lei nº 253/2007 (Deputado Dimas Fabiano). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 450/2007 (relator: Deputado Carlin Moura). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 227, 228, 241, 243, 260 e 268/2007. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 10 e 13/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão e Carlin Moura em que solicitam seja marcada audiência da Comissão, conjuntamente com a Comissão de Participação Popular, com a Secretária Estadual de Educação, para se debaterem soluções para a regularização das creches em funcionamento no Estado, o preenchimento do censo escolar por essas unidades de ensino e sua inclusão como beneficiárias do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico - Fundeb -, bem como a criação de incentivos para a constituição de sistemas municipais de ensino em todos os Municípios do Estado; Deiró Marra em que solicita seja encaminhado pedido de informação ao Consulado da Embaixada Americana de Minas Gerais, sobre a modalidade e o procedimento das empresas que promovem intercâmbio para os estudantes que pretendem sair do País, a fim de adquirirem novos conhecimentos e sobre a existência dessas empresas no Estado; Deputado Carlin Moura (2) em que solicita seja encaminhado pedido de providência a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - para a inclusão do Campo do Ferroviário Esporte Clube de Lagoa da Prata no programa Campos de Luz; em que solicita seja encaminhado pedido de informação ao Diretor II da Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares, pedindo-lhe a relação dos professores lotados na Escola Estadual Joaquim Eleteo, no Município de Virgolândia, acompanhada de cópias dos contratos celebrados com os professores contratados; e da Deputada Maria Lúcia Mendonça em que solicita seja encaminhado pedido de informação ao Governador do Estado e ao Vice-Governador do Estado, solicitando-lhes esclarecimentos sobre as aposentadorias dos profissionais da educação, designados para o exercício da função pública que já implementaram todos os requisitos constitucionais para tal ato, conforme previsto no art. 79, inciso III do § 1º, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2007.

Carlin Moura, Presidente - Ruy Muniz - Lafayette de Andrada.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/4/2007

Às 10h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" de 29/3/2007: ofícios dos Srs. Max Fernandes dos Santos e Walter Garcez Mares Júnior, respectivamente Gerente Regional de Negócios e Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal; Anderson de Vasconcelos Chaves e José Jorge Nunes Silveira, respectivamente Superintendente Regional e substituto do Chefe de Gabinete da Codevasf; e Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 64/2007 (Deputado Agostinho Patrús Filho); 181/2007 (Deputado Lafayette de Andrada); 279/2007 (Deputada Elisa Costa); 323/2007 (Deputado Sebastião Helvécio); 325/2007 (Deputado Jayro Lessa), no 1º turno; 42/2007 (Deputado Sebastião Helvécio) e 43/2007 (Deputado Antônio Júlio), no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 42/2007 (relator: Deputado Sebastião Helvécio); 43/2007 (relator: Deputado Antônio Júlio) e 360/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); e pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 181/2007 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); e pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 279/2007 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Jayro Lessa, em virtude de redistribuição); 323/2007 (relator: Deputado Sebastião Helvécio) e 325/2007 (relator: Deputado Jayro Lessa). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sebastião Helvécio em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para se debaterem as recentes decisões do Contran que criaram outras obrigações para os condutores de veículos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a

próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2007.

Zé Maia, Presidente - Sebastião Helvécio - Lafayette de Andrada - Elisa Costa - Agostinho Patrús Filho - Antônio Júlio.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/4/2007

Às 15h33min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Antônio Carlos Arantes e Célio Moreira (substituindo este ao Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elisa Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais foram designados os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 134/2007, em 1º turno, e 277/2007, em turno único (Deputado Antônio Carlos Arantes); 144/2007, em turno único (Deputada Elisa Costa); 208 e 282/2007, em turno único (Deputado Domingos Sávio); e 249/2007, em turno único (Deputado Walter Tosta). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Padre João em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões do Trabalho e de Política Agropecuária para, em audiência pública, discutir encaminhamento a situação dos trabalhadores que se deslocam para a colheita de cana-de-açúcar em Minas Gerais e em outros Estados; e Carlin Moura solicitando seja realizada reunião conjunta das Comissões do Trabalho e de Participação Popular, no dia 9/4/2007, segunda-feira, às 14 horas, para discutir o veto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Emenda nº 3 da Super-Receita. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2007.

Rosângela Reis, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Domingos Sávio.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 11/4/2007

Às 9h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 122/2007 (Deputado Carlos Pimenta), 226/2007 (Deputado Ruy Muniz); em turno único, 262/2007 (Deputado Doutor Rinaldo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 246/2007 (relator: Deputado Ruy Muniz); 256/2007 (relator: Deputado Doutor Rinaldo). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi em que solicita seja enviado ofício a Prefeitos Municipais das cidades que são pólos macrorregionais de saúde, solicitando informação sobre os gastos próprios desses Municípios com os hospitais integrantes da rede SUS (hospitais públicos, credenciados ou conveniados, incluindo os prontos-socorros); Carlos Pimenta em que solicita sejam convidados o Reitor da Unimontes, o Diretor do Hospital Universitário e a Diretoria de Saúde da Unimontes, para discutirem os planos e as ações do Hospital Universitário e as dificuldades de seus departamentos, inclusive os recursos de que necessitam para o funcionamento do referido hospital. É adiada a votação do requerimento do Deputado Weliton Prado em que solicita audiência pública, para se debater a jornada de 30 horas semanais de trabalho de enfermagem no Brasil e em Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, em 12/4/2007, às 10h30min, com a finalidade de se discutir o controle da dengue e da leishmaniose visceral no Estado de Minas Gerais, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2007.

Carlos Mosconi, Presidente - Ruy Muniz - Hely Tarquínio - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo - Eros Biondini.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 11/4/2007

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio e Fábio Avelar (substituindo este ao Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dando-a por aprovada, e solicita que ela seja subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir convidados, em audiência pública, a fim de obter esclarecimentos sobre a instalação de hidrômetros individuais em unidades de condomínio. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Antônio Baeta de Melo Caçador, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor; Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembléia; Ricardo Augusto Simões, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Copasa-MG, e Cláudio Gomes dos Santos, Superintendente Comercial da Copasa-MG; e a Sra. Cláudia Júlio, assessora da Presidência do Crea-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se, também, a presença dos Srs. Rômulo Gouvêa, representando a empresa Consultoria Especializada em Condomínio, e Jhonny Forster, Gestor Executivo da Divisão de Automação Predial da empresa Nansen S.A. Instrumentos de Precisão; da Sra. Taís Ferreira e do Sr. Márcio Paranhos, representando o "Jornal do Síndico"; do Sr. Enilson Cardoso, representando a empresa Souza, e de síndicos do Residencial Sarandi. A Presidência concede a palavra ao Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença dos Deputados Carlin Moura e Lafayette de Andrada e do Deputado Délio Malheiros, que assume a direção dos trabalhos. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita a realização de audiência pública, com a finalidade de debater os critérios de escolha e credenciamento de clínicas especializadas em exames médicos e aplicação de testes psicológicos para obtenção ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2007.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Célio Moreira.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se em 17/4/2007

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.398/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2000. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.399/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2001. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 8h45min do dia 17/4/2007

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 300 e 301/2007, do Deputado Delvito Alves; e 343/2007, do Deputado Doutor Viana.

Realização de debate, em audiência pública, sobre a expansão do serviço de recolhimento de valores por carros-fortes nas casas lotéricas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h15min do dia 17/4/2007

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia: No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 9/2007, do Deputado Paulo Cesar; Projetos de Lei nºs 84/2007, do Deputado Weliton Prado; 9 e 105/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 124/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 126 e 127/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 165, 174 e 180/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 187, 197, 198, 210 e 228/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 242/2007, do Deputado Carlos Pimenta; 254/2007, do Deputado Doutor Viana; 261/2007, do Deputado Padre João; 266, 268 e 275/2007, do Deputado João Leite; 292, 295, 298 e 302/2007, do Deputado Carlos Pimenta; 337/2007, do Deputado Arlen Santiago; 345/2007, do Deputado Doutor Viana; 354/2007, do

Deputado Durval Ângelo; 365/2007, do Deputado Arlen Santiago; 371, 372 e 373 e /2007, do Deputado Paulo Cesar; 409/2007, do Governador do Estado; 415 e 416/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 437, 439, 440, 441, 443 e 446/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 451/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 458/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 469/2007, do Deputado Gustavo Corrêa; 481, 487, 494 e 497/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 510, 511 e 512 /2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 546/2007, do Deputado Dimas Fabiano; 581/2007, do Deputado Elmiro Nascimento; e 622/2007, do Deputado Weliton Prado.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 149/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 283 e 287/2007, do Deputado Doutor Viana; 294/2007, do Deputado Carlos Pimenta; 527/2007, do Deputado Fábio Avelar; 590 e 624/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 417/2007, do Deputado Djalma Diniz; 158/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 179/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 367/2007, do Deputado Arlen Santiago; 559/2007, do Deputado Padre João; 569/2007, do Deputado Fábio Avelar; 600/2007, do Deputado Célio Moreira; 604 e 605/2007, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 17/4/2007

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 286, 287 e 289/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 304/2007, do Deputado Djalma Diniz; 318/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 342 e 345/2007, do Deputado Doutor Viana; 350/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 369/2007, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 17/4/2007

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: audiência pública para se discutir o Projeto de Lei nº 59/2007, do Deputado Weliton Prado, que institui a cobrança de meia-entrada em estabelecimentos culturais, de lazer e esportivos no Estado de Minas Gerais, com convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da Comissão de Direitos Humanos; os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 17/4/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater e investigar, com a presença de convidados, os fatos relacionados ao desaparecimento de pessoas neste Estado e obter esclarecimentos sobre denúncias recebidas, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ronaldo Magalhães, Neider Moreira e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/4/2007, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se votarem, em turno único, os Requerimentos nºs 291/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 294/2007, do Deputado Bráulio Braz; 305/2007, do Deputado Doutor Viana; 315/2007, do Deputado Rômulo Veneroso; 348, 349, 351 e 352/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho, e 374/2007, do Deputado Mauri Torres; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2007.

Weliton Prado, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ronaldo Magalhães, Neider Moreira e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/4/2007, às 9 horas, no Centro Pastoral São Pedro, na cidade de Buritizeiro, com a finalidade de debater, em audiência pública, a interdição da Ponte Marechal Hermes, que liga os Municípios de Buritizeiro e Pirapora e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2007.

Weliton Prado, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ronaldo Magalhães, Neider Moreira e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/4/2007, às 14h30min, no Plenário da Câmara Municipal de Montes Claros, com a finalidade de debater, em audiência pública, os problemas decorrentes da execução do Programa Luz para Todos no Norte de Minas, em especial a proposta da Cemig de instalação de painéis voltaicos, a ocorrência de atrasos e as dificuldades no atendimento às famílias cadastradas e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2007.

Weliton Prado, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/4/2007, às 10 horas, no plenário da Câmara Municipal de Montes Claros, com a finalidade de debater, em audiência pública, o aumento da criminalidade violenta e de violação dos direitos humanos na comunidade Cristo Rei, popularmente conhecida como Feijão Semeado, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/4/2007, às 15 horas, no plenário da Câmara Municipal de Bocaiúva, com a finalidade de debater, em audiência pública, o acirramento dos conflitos agrários, bem como a violência sofrida por trabalhadores rurais no Norte de Minas, especificamente em Bocaiúva, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

#### 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

##### Discursos Proferidos em 4/4/2007

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, membros da imprensa, telespectadores da TV Assembléia.

Os ataques violentos do Líder da Maioria nesta Casa ao Presidente Lula e a forma deselegante como foi tratada a nossa Bancada demonstram uma forma equivocada de fazer política no Brasil, que muito pouco contribui para solucionar nossos reais problemas, pois está pautada apenas na tentativa de desqualificar o governo federal, simplesmente, sem reconhecer que avanços importantes e estruturais estão acontecendo em nosso país. Basta lembrar a herança fracassada do governo FHC, que acreditava que somente a privatização e a desmontagem do Estado seriam suficientes para retomar taxas mais altas de investimentos, portanto de crescimento econômico, o que não aconteceu.

Dessa forma, percebemos os esforços estéreis desses partidos em não reconhecer avanços inquestionáveis no governo Lula. Gostaria de citar, por exemplo, a importância do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC -, um programa direcionado para o crescimento econômico e a geração de emprego. Há questões relativas ao PAC que interessam a todos, ao País. O PAC é um programa que apresenta cinco eixos de

atuação: investimento em infra-estrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração e aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional e medidas de melhoria da qualidade da política fiscal de longo prazo. O PAC retoma um papel ativo do Estado, principalmente na coordenação das expectativas de investimento dos agentes privados.

Para a expansão econômica de, ao menos, 5% ao ano, o governo federal se propõe implementar novas medidas de desoneração tributária, redução da burocracia e ampliação do crédito e a criar um ambiente de confiança jurídica e de rentabilidade de mercado, para que recursos privados, em parceria com a esfera pública, eliminem os gargalos de crescimento. O programa aposta em geração e transmissão de energia, uso de energias alternativas, saneamento, desenvolvimento urbano e na logística de transportes. O PAC irá aplicar, em quatro anos, um total de investimentos em infra-estrutura na ordem de R\$503.900.000.000,00.

Outra inovação de profundo impacto social será o incentivo ao desenvolvimento de setores, como a TV digital, semicondutores, microcomputadores e microempresas. A inclusão, a pesquisa e a produção de novos equipamentos digitais geram empregos em escala e oferecem qualificação profissional para a sociedade do conhecimento. Os maciços investimentos em saneamento básico e moradias populares vão alterar, significativamente, a qualidade de vida da população e gerar novas oportunidades de trabalho.

A oposição raivosa ao governo Lula prefere não mencionar que, nos últimos quatro anos, foram gerados mais de 100 mil empregos formais por mês, em contraste com 8 mil empregos por mês no governo Fernando Henrique Cardoso. Sabemos que isso ainda é pouco, tendo em conta a necessidade de incorporar mais brasileiros ao mercado formal. Daí a importância do PAC lançado pelo governo federal. Em quatro anos, alcançaremos cerca de R\$500.000.000.000,00 em investimentos produtivos, sendo mais de R\$60.000.000.000,00 em habitação e saneamento.

O discurso vazio e raivoso da oposição ao governo Lula prefere ignorar também os avanços na área social. Não querem reconhecer a importância do programa Bolsa-Família, hoje beneficiando mais de 11 milhões de famílias, como instrumento de combate à pobreza e de redução da desigualdade da renda no Brasil. Preferem omitir que as condições do programa incentivam a vacinação das crianças e a permanência delas na escola, além de possibilitar o acesso das famílias pobres a outros serviços, tais como a conta bancária.

Não é possível desconhecer os investimentos no Plano de Desenvolvimento da Educação anunciado pelo governo, somados aos recursos federais previstos para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb -, que totalizarão cerca de R\$13.500.000.000,00 de investimento nos próximos quatro anos. Essas iniciativas somam-se às ações já em andamento, como o Bolsa-Família, o ProUni e a expansão do ensino técnico e da universidade pública. Além disso, nos próximos dois anos, 15 novas unidades do Cefet serão instaladas em Minas Gerais. Para ser construtiva à república brasileira, a oposição ao governo Lula precisa reconhecer, por exemplo, a importância do Pronaf e os avanços da reforma agrária. A agricultura familiar recebeu mais de R\$9.000.000.000,00 em investimentos e planos de subsistência. E, ainda que se destaque o papel do agronegócio nas exportações brasileiras, devemos lembrar da importância da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária na geração de empregos - 77% do emprego rural - e na produção de alimentos para o mercado interno -38% do PIB agrícola.

Infelizmente, a oposição que insiste na CPI do Apagão Aéreo, mesmo quando a razão desse problema - a posição dos controladores de vôo - já seja do conhecimento de todos, é a mesma que se recusou, num passado recente, a investigar as causas do "apagão" da energia elétrica, que produziu prejuízos muito maiores para a economia e para a população.

Além de resolver o problema do "apagão", herdado do governo FHC, o governo do Presidente Lula criou o programa Luz para Todos, que beneficiou 12 milhões de pessoas que não tinham acesso à energia elétrica, das quais 10 milhões vivem no meio rural.

Esse grande projeto de inclusão social desse contingente de brasileiros prevê investimentos de R\$9.500.000.000,00 do governo federal. O programa Luz para Todos já gerou mais de 120 mil empregos diretos e indiretos no País.

Problemas nacionais precisam ser resolvidos, e não utilizados como tribuna política por políticos comprometidos apenas com seus interesses privados. Fomos eleitos para defender os interesses públicos, por isso espero que a oposição ao governo Lula, mesmo fazendo seu papel, tenha posicionamento de oposição construtiva, como estamos fazendo aqui, nesta Assembléia, em relação ao Governador Aécio Neves.

Gostaria de apresentar como exemplo a recente experiência do Norte de Minas. Os oito Deputados eleitos pela região formaram um bloco, deixando para trás as divergências partidárias e as picuinhas, para juntos defendermos os interesses da região. Já conseguimos muitos avanços. Na semana passada, obtivemos do governo federal, por meio do DNIT, a confirmação de que serão investidos recursos na BR-135, na duplicação do trevo Sete Lagoas a Curvelo, na recuperação e na adequação do trecho Curvelo a Montes Claros e na pavimentação do trecho Itacarambi, Manga e Montalvânia, ligando essa região ao Estado da Bahia.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Saúdo o nosso Líder da Minoria, Deputado Paulo Guedes. Quero apenas salientar a minha discordância - com todo o respeito - em relação a tudo que foi falado das obras do governo Lula. Na verdade, se formos resumir - e a imprensa especializada já o fez -, os primeiros quatro anos do governo Lula, do ponto de vista econômico, foram muito semelhantes aos primeiros quatro anos do governo Fernando Henrique Cardoso. A diferença é que o governo FHC pegou grandes crises mundiais, ao contrário do que ocorreu no primeiro mandato do Presidente Lula.

Quero salientar rapidamente que as críticas feitas ao governo Lula nos parecem procedentes. Relativamente ao "apagão" aéreo, mostramos aqui que há certo desequilíbrio na administração do tráfego aéreo, quando o governo gasta mais dinheiro com diárias que com o pessoal da Anac. Acreditamos que há um certo desequilíbrio, do ponto de vista político, quando o governo retira recursos do Ministério da Saúde e os destina à construção de ginásios para os Jogos Pan-Americanos, evento que ocorrerá neste ano. Essas são as críticas.

Já do ponto de vista ideológico, temos de concordar que há uma certa discordância entre a Oposição e nós, mas sem dúvida, do ponto de vista administrativo, o governo do PSDB foi muito, muito, muito superior ao atual governo Lula. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Relativamente ao crescimento econômico, acredito que o nobre companheiro Lafayette de Andrada não acompanhou os jornais nos últimos dias. O próprio IBGE fez uma revisão e mostrou que o crescimento dos quatro anos do governo Lula foi muito superior aos últimos quatro anos do governo FHC.

Quanto aos outros assuntos, basta irmos às regiões mais esquecidas e perguntarmos aos trabalhadores rurais e às pessoas excluídas nas periferias, consultar as pesquisas, e até a própria reeleição do Presidente Lula, que colocam por terra as afirmações do nobre companheiro.

Mas eu gostaria, antes de encerrar, de lembrar também da gestão anterior do Fernando Henrique no que se refere ao tratamento dispensado ao governo de Minas Gerais. Todos aqui se lembram da forma como o Estado de Minas Gerais foi tratado pelo governo do PSDB, de Fernando Henrique Cardoso. O nosso Estado foi tratado a pão e água. Além de não haver nenhum investimento significativo, os bloqueios de recursos das contas do Estado eram constantes. Isso foi notório. Foi a pior fase em Minas Gerais, com a perseguição histórica ao Governador Itamar Franco.

Lembro ainda que, quando o Governador Itamar Franco era Presidente da República, Fernando Henrique era Ministro do seu governo. E Itamar Franco foi o responsável pela sua eleição à Presidência da República. Além de tratar mal o Estado, o governo Fernando Henrique se mostrou muito ingrato até com os companheiros que o conduziram ao poder.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)\* - Agradeço muito a V. Exa. por me conceder este aparte. Estou ouvindo, com muita atenção, o seu pronunciamento. Respeito muito as suas palavras e concordo com algumas delas, mas, com outras, lamentavelmente não posso concordar. Gostaria de lembrar-lhe que, no final do mandato do Governador Itamar Franco, o governo de Minas recebeu do Presidente Fernando Henrique Cardoso uma considerável soma, que seria utilizada para a restauração das estradas no Estado. E o governo daquela época resolveu, por sua própria deliberação, utilizar esses recursos de outra maneira, até para pagamento do 13º salário do funcionalismo público de Minas Gerais. Então, não podemos criticar o Presidente Fernando Henrique e o seu governo por ter penalizado Minas Gerais. Não foi bem assim.

Por outro lado, gostaria também de lembrar a V. Exa. - tenho uma boa relação com o Itamar Franco, mas é bom lembrarmos - que a relação não foi boa bilateralmente, porque não houve a mão estendida de nenhum dos lados. É preciso reconhecermos isso. Criticar só um lado talvez não corresponda à verdade total dos fatos.

Agradeço a V. Exa. o aparte.

O Deputado Paulo Guedes - Concordo, em parte, com a fala de V. Exa., em relação ao repasse de R\$780.000.000,00 ao Estado, no último mês do governo Fernando Henrique. Esse acerto foi conduzido pelo atual Presidente da Câmara, que hoje é nosso Governador. Infelizmente, esses recursos não foram usados para a devida finalidade.

Esses recursos não foram utilizados da forma devida. A minha região - Manga, Montalvânia e São João das Missões - foi a mais penalizada. Ficamos cinco anos sem ter acesso a nada. A estrada ficou 10 anos sem que se passasse uma máquina, e só agora está sendo resolvido o problema. Portanto essa transferência pode ter ajudado o Estado a regularizar as contas para o futuro Governador Aécio Neves, mas, do ponto de vista estrutural, não significou nada, porque nenhuma estrada recebeu nem sequer um centavo desses recursos repassados.

Finalizando, gostaria de lembrar e parabenizar o Líder do governo, Deputado Mauri Torres, que, como sempre tem feito nesta Casa, procurou a nossa Bancada para respaldar a boa convivência; gostaria de agradecer-lhe. Gostaria, também, de parabenizar o nosso Presidente pela condução dos trabalhos.

Lembro, ainda, que o governo do Presidente Lula trata o Estado de Minas Gerais com outros olhos. Nunca se investiu tanto no Estado como agora, sem nenhuma restrição pelo fato de o Governador Aécio Neves ser do PSDB. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado\* - Boa-tarde a todos e a todas. Parabenizo o Líder da Minoria, Deputado Paulo Guedes, assim como o Deputado Carlos Mosconi, que muito bem relembrou parte lamentável da nossa história: o acordo do governo federal, ou seja, do Fernando Henrique com o Governador Itamar, juntamente com o Presidente da Câmara, que posteriormente ganhou as eleições. O Presidente da Câmara tomou posse no dia 1º de janeiro daquele ano como Governador do Estado.

Foi feito um triângulo. Os três - Fernando Henrique, Itamar e Aécio Neves - receberam recursos de quase R\$1.000.000.000,00. Na época, tudo foi oficializado. Quem estava no governo, em transição, era o Governador Itamar Franco, no entanto a assinatura oficial foi do Itamar, que entrou em acordo com o governo federal e assinou que recebeu trechos das estradas federais. Passaram para o Estado quase R\$1.000.000.000,00, mas nenhum centavo foi aplicado nas estradas. Realmente esse fato lamentável penalizou muito a população de Minas Gerais em todas as suas regiões, isto é, a do Sul de Minas, do Norte, do Triângulo, do Jequitinhonha e Região Metropolitana.

Gostaria de, mais uma vez, agradecer nossa expressiva votação. Agradeço a toda a população de Minas Gerais, pois tivemos mais de 120 mil votos. Fui um dos Deputados mais votados do PT no País, o que nos deixa muito orgulhoso. Podem ter certeza de que retribuirei toda essa confiança com muito trabalho.

Todavia, também gostaria de lamentar um fato. Infelizmente a população ganhará, no domingo de Páscoa, mais um presente de grego. Já está estampado nos jornais mais um reajuste sobre a conta de energia elétrica. "A estatal pede aumento médio de 23,35%". Foi o maior aumento já solicitado pela Cemig em toda a história do nosso País. O reajuste autorizado foi de 6,5%. Realmente é lamentável esse aumento, bem acima dos índices da inflação.

Quero compartilhar com V. Exas. uma notícia do "Estadão", do dia 31/5/2006: "Energia elétrica é 42% mais cara em Minas Gerais", assim como notícias do jornal "O Tempo", de 1º/6/2006: "Energia da Cemig é a 2ª mais cara do País. Tarifa de energia subiu mais de 100% no governo Aécio. De 2003 a 2005, enquanto a inflação média do INPC ficou em 21%, a tarifa de energia elétrica subiu 100%. Nos últimos 10 anos, o aumento da conta de energia elétrica do consumidor residencial foi de 464%. O imposto sobre a energia elétrica no Estado de Minas Gerais é o mais caro do Brasil. Em Minas Gerais, enquanto as indústrias pagam, já caro, 18% de ICMS sobre a energia elétrica, o cidadão comum paga o imposto de 30%". Mais a tarifa, o ICMS chega a mais de 40%, mais caro que no Paraná, no Espírito Santo, em Santa Catarina, em Goiás, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, temos o maior ICMS.

Em nosso Estado, há uma questão cultural. Lembro-me de que Tiradentes foi esartejado por muito menos, ou seja, por 20%. Chegamos hoje a pagar o dobro de tributação sobre a energia elétrica.

Os aumentos sobre a conta de água - para residências, comércio, indústria e áreas públicas, como hospitais e escolas -, a partir do dia 1º/3/2007, conforme tabela que possuo, chegaram a 37%. Esse aumento foi exorbitante. Nossa conta de água também é uma das mais caras do País.

Em Minas, a energia é a mais cara, a água é a mais cara. O ICMS sobre o álcool é de 25%, enquanto, em São Paulo, é de 12% e, em Goiás, 15%. A tributação, enfim, tudo aqui é mais caro. Minas investe na universidade estadual menos que outros Estados. Se, por um lado, a população paga mais impostos, por outro, na hora de haver mais investimento e valorização do servidor, ocorre o contrário. Tudo ocorre às avessas. Aqui é totalmente diferente. O cidadão paga mais, mas, na hora de receber os benefícios do poder público, recebe menos.

O Deputado Sargento Rodrigues falou de algo muito sério. Os policiais do Estado de Minas Gerais recebem uma das piores remunerações de todo o País. No tocante a essa questão, encontram-se em 17º lugar.

O mesmo acontece com nossos professores, já que muitos percebem, como salário-base, menos de um salário mínimo. Os Defensores Públicos recebem a pior remuneração do País. Por isso estiveram aqui ontem, em mobilização. Isso ocorre também com os servidores das áreas da

saúde e da segurança.

Além disso, não se investe na pesquisa e na extensão da Uemg. Ou seja, não há investimento na área da educação. Há alguns dias, encontrei-me com uma jovem que faz parte do diretório dos estudantes da Uemg. Ela me disse que as aulas serão interditadas, porque um pedaço de reboco caiu na cabeça de um estudante, que foi parar no hospital. Temos de realizar uma audiência pública, porque a Uemg será paralisada, já que não há condições de funcionar. A construção de um "campus" ficou apenas na promessa. Refiro-me também à idéia de se descentralizarem os "campi" avançados da Uemg em todas as regiões do Estado. O ensino público gratuito e de qualidade até hoje não se transformou em realidade.

Na verdade, eles retiram com uma mão e dão com a outra. No que tange à questão da água, a tarifa de esgoto foi reduzida. Tenho aqui a tabela: "A tarifa de esgoto teve uma redução média de 16%". Ocorre, porém, que o aumento da tarifa de água foi de mais de 30%. Então, a água aumentou, em média, mais de 16%. Por isso, digo que eles retiram com uma mão, mas aumentam com as duas. Desse jeito, ninguém aguenta.

Infelizmente, dispomos de poucos mecanismos de divulgação, de comunicação dos fatos à população. Para fazer referência à questão cultural de Minas Gerais, lembro Tiradentes. Estou falando das medidas despropositadas que se tentou praticar aqui no passado. Há pouco tempo, tentou-se cobrar uma taxa para chamar a polícia. Nesse caso, os valores a serem pagos pela população iriam variar, conforme o deslocamento do policial: se este fosse a pé, o cidadão pagaria R\$12,00; se fosse de moto, R\$15,00; de carro, R\$27,00. Todos esses valores são unitários. Assim sendo, se houvesse quatro policiais em uma viatura, seria mais fácil o cidadão negociar com os bandidos que chamar a polícia.

Se não bastasse, queriam cobrar pelo boletim de ocorrência. Podemos imaginar, por exemplo, uma ocorrência em um horário em que os Bancos estivessem fechados. A situação seria até engraçada. Suponhamos que certa pessoa precisasse fazer um boletim de ocorrência. Diante disso, teria de dizer: "Espere aí, pois vou ao Banco pagar a tarifa, entregar o comprovante ao policial para que ele faça a boletim de ocorrência". E se isso ocorresse em uma sexta-feira à tarde? O cidadão teria de esperar para pagar o boletim de ocorrência na segunda-feira.

Houve um aumento do IPVA, que, em nosso Estado, também é mais caro que nos demais. Esse aumento, no que tange a motos e a veículos utilitários, chegou a quase 100%. Por que isso ocorreu? Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando se dá remissão a uma empresa, é preciso fazer a compensação. Nesse caso, a quem se deu a remissão? Às locadoras de veículos. No final do ano, elas ganharam de presente de Natal praticamente 50% de desconto no IPVA e na taxa de licenciamento. Quem paga a conta? A legislação prevê que é preciso fazer a compensação. E como a fizeram? Aumentando o IPVA e a taxa de licenciamento para proprietários de motos e de veículos utilitários, a exemplo do feirante e do mototaxista.

Ressalto ainda que as custas judiciais sofreram um aumento de cerca de 800%, o que praticamente impediu as pessoas mais pobres de ter direito à Justiça. Queriam cobrar também R\$6,00 por atestado de antecedentes criminais, que, aliás, é exigido de quem está à procura de emprego. Ou seja, quem está desempregado e não tem dinheiro sequer para o transporte, como conseguiria pagar pelo atestado? Com esse pensamento, conseguimos derrubar essa cobrança.

Queriam cobrar uma taxa pelo processamento da folha do servidor, exigida em caso de empréstimo. O valor da taxa de incêndio das residências chegaria a quase R\$500,00. Durante mais de dois anos, brigamos nesta Casa. Muitas pessoas diziam: "Você é doido, não vai conseguir". No entanto, não desistimos. Batemos o pé e fomos até o fim: aprovamos uma emenda que revogou a taxa de incêndio para as residências, por entender que se tratava de um despropósito com a população, já tão penalizada com taxas e impostos. Portanto, conseguimos impedir mais uma taxa, a taxa de incêndio para as residências.

No STF há um processo iniciado pelo Bloco PT-PCdoB, em que se questiona a taxa de incêndio do comércio e da indústria. Espero que esta também seja derrubada o mais rápido possível, por se tratar de caso de bitributação.

Vou explicar o que é taxa. Por exemplo, quando alguém coloca uma carta nos Correios, está pagando uma taxa pelo serviço prestado. Se alguém vai a um cartório e faz uma autenticação, também paga uma taxa. Então, não há como mensurar a questão do incêndio. Todas as residências do Estado vão pegar fogo? Com muita luta, conseguimos impedir a cobrança dessa taxa.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado Weliton Prado, parece que estamos em países diferentes e em Estados diferentes. V. Exa. disse que o funcionalismo se encontra em situação de penúria, mas não mencionou que foi neste governo que os funcionários, depois de vários anos, conseguiram passar a receber os salários em dia e o 13º salário em dezembro, antes do Natal. V. Exa. também falou de aumentos altíssimos de percentuais de água, esgoto, etc. Mas o percentual não pode servir de parâmetro, ou seja, o percentual de 40% sobre R\$0,30 não passa de R\$0,20.

É preciso ter serenidade, quando se lida com números. É preciso usar os números reais. Estou com os dados da Copasa. Mais de 90% dos clientes residenciais da Copasa consomem até 20 mil litros de água por mês. Desses, 26% não terão reajuste em suas contas, e outros 27% terão reajuste abaixo do índice da inflação. Será um reajuste de R\$3,00 por mês, menos de R\$0,12 por dia. Se jogarmos esses valores em termos percentuais, pode parecer uma enormidade. Primeiro, é preciso ver o que esses números representam de fato.

V. Exa., como membro da Oposição, tem obrigação de fazer críticas. Isso se deve ao fato de que a Oposição é importante no sistema democrático. Deve fazer críticas, sim, ao governo. Mas é preciso olhar o exemplo do governo federal, que oprime o cidadão e as empresas com as taxas de impostos que chegam a 40% da arrecadação do País. A verdade é que o empresário que produz trabalha por quase seis meses para pagar impostos para a União. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Weliton Prado\* - Deputado Lafayette de Andrada, não há argumentos contra fatos. Tudo está comprovado conforme os documentos. Quanto aos salários dos servidores, receber o salário até o quinto dia útil e o 13º salário é um direito deles. No caso, o governo não está fazendo nada de mais. O governo entrou e, infelizmente, jogou todos os problemas do Estado nas costas do servidor. Retirou até um abono de R\$45,00. O servidor não está tendo um atendimento da saúde. Ele paga o Ipsemg, mas não é atendido. A dívida do Estado para com o Ipsemg chega a quase R\$800.000.000,00.

Aproveito a presença da imprensa para fazer uma denúncia quanto à cobrança da água que está totalmente ilegal. Daremos entrada a uma ação no Ministério Público, porque esse aumento da água fere a legislação. Provarei essa situação. Não bastasse a norma em apreço, que foi publicada no dia 17/2/2007, que passou os novos valores tarifários a serem aplicados a partir de 1º/3/2007, ou seja, menos de 15 dias antes de sua vigência, surpreendendo o contribuinte.

A Resolução nº 22/2007 foi violada, flagrantemente, em relação ao disposto na Lei nº 11.445, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e determina que o reajuste e as revisões de tarifas devem-se tornar públicos com a antecedência mínima de 30 dias em relação à sua aplicação, conforme o art. 39. Nesse caso, o governo feriu disposição expressa de lei.

Tenho as tabelas. Se o cidadão consome de 6m<sup>3</sup> a 10m<sup>3</sup> de água, ao passar a tarifa de R\$0,41 para R\$0,52, haverá um aumento de 25%. O aumento de 20% a 40%, conforme observado pelo Deputado, resultou em um aumento de 29%. A população não agüenta os aumentos da Copasa, da Cemig, do IPVA, do ICMS do álcool e de vários produtos acima da inflação. Infelizmente, os investimentos na área social têm sido muito pequenos. Os investimentos feitos nessa área são, praticamente, os do governo federal.

Na área da habitação, são investimentos do governo federal, da CEF, e o mesmo ocorre com a segurança pública. Se as Prefeituras não realizarem convênio com as Polícias Militar e Civil, infelizmente as forças de segurança pública terão de parar, pois não há dinheiro para comprar papel higiênico, para pôr gasolina nem para fazer a manutenção de veículos. São arrecadados quase R\$400.000.000,00 para o Orçamento do Estado, com taxas na área de segurança pública, que, infelizmente, não são aplicadas na área.

Lamento o presente de grego que a população receberá no Domingo de Páscoa: o aumento da tarifa de energia elétrica. Isso é lamentável. Obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; Sr. Secretário, Deputado Tiago Ulisses; Deputados, Deputadas, servidores da Casa, profissionais da imprensa, público das galerias, telespectadores da TV Assembléia, boa tarde.

O que me traz aqui é uma preocupação que pude compartilhar com V. Exas. Os jornais desta semana publicaram essas notícias, e recebi um "e-mail" com as fotos do que ocorreu em Três Marias esta semana. Trata-se de alguém que está preocupado não só com a questão ecológica, mas também com a questão do turismo, e tenho a honra de presidir a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Poderíamos chamar de vacilo o fato ocorrido em Três Marias, que não se justifica, considerando-se o tamanho da empresa, a responsabilidade com o meio ambiente e o certificado ISO. Houve deslize a ponto de se permitir que ocorresse um desastre como o de Três Marias. Segundo estimativas, houve a morte de 7t de peixes. Falo também como pescador, porque amo o rio. É uma área que visito constantemente, porque gosto de estar no rio e de pescar. Aliás, é o meu esporte favorito.

É inadmissível que aconteça uma situação como essa e, às vezes, permaneça apenas no limite da multa, que é muito baixa, considerando-se o tamanho do desastre. Não ouvi nenhum pronunciamento acerca dessa questão, mas imagino que os Deputados e Deputadas têm a mesma preocupação e o mesmo foco. Registro minha indignação com o fato, embora se possa alegar que foi um acidente, mas um acidente possível de ser evitado.

Situações como essa só trazem prejuízos, e isso afasta o turista da região. Se começarmos a matar a principal atração turística da região, que é o lago, e conseqüentemente o Rio São Francisco, que está na seqüência da represa, as pessoas que optarem pelo turismo nessa região buscarão outros lugares, à medida que ela for morrendo.

Como se não bastasse, lá existe um problema seriíssimo decorrente dos danos causados pela Companhia Mineira de Metais. São desastres de proporções absurdas, como, por exemplo, o último, em que morreram cerca de 20 mil surubins. Pude ver esses peixes sendo recolhidos do rio, em peixes de 30kg a 40kg. Quantos anos serão necessários para que um peixe dessa espécie chegue a esse peso? Imagino que não menos do que 15 ou 20 anos. O Deputado Durval Ângelo me sinaliza dizendo que esse tempo pode ser menos. Mas, de acordo com os meus acompanhamentos, para que essa espécie alcance esse peso, vai levar algo em torno de 15 anos. Ele pode até crescer muito rápido numa primeira fase, mas, depois, crescerá mais lentamente.

Não me vou ater ao aspecto temporal. A importância do assunto está no seu tratamento. Crimes ambientais estão sendo cometidos.

Conversei com um grande interessado pelo rio e defensor da bandeira dos pescadores naquela parte do Rio São Francisco e posso afirmar que esse homem é talvez, hoje, um dos mais envolvidos e interessados na preservação. Ele me dizia que, nas reuniões que acontecem para discutir o problema da agressão ao rio e, principalmente, dessa agressão cometida pela Companhia Mineira de Metais, não se chega a um acordo, porque essa empresa lá se instalou, na beirada do Rio São Francisco, numa época em que não havia a chamada consciência ecológica. Isso é um absurdo.

Em nenhum canto do mundo se pode conceber que alguém vá licenciar uma empresa altamente poluidora na beirada de um rio maravilhoso como o São Francisco. Em canto nenhum do mundo, isso seria aceito.

Na outra ponta está uma outra situação complicadíssima, que é a geração de emprego e renda. Sob o argumento da geração de emprego, permite-se que a referida empresa continue ali instalada. Além do mais, vez ou outra, não sei se acidentalmente ou não, Deputado Vanderlei Jangrossi, o rio é tomado pelo veneno, e os peixes começam a boiar. É uma situação delicada.

E agora, para piorar, vem o problema da Cemig. Esperamos, sim, que seja tomada uma providência e que a Cemig se conscientize, não por causa da multa, porque, para alguns, pagar a multa é muito melhor. Esse é o caso da Companhia Mineira de Metais, porque, às vezes, é muito mais interessante para ela pagar uma multa em virtude de um desastre produzido.

O instituto da multa é bom, mas, ao mesmo tempo, é pernicioso, dado o poderio econômico das empresas. Muitas vezes, é melhor pagar a multa e continuar na ação, na prática.

Registro aqui essa minha preocupação e espero que o nosso amigo Norberto, grande pescador e cuidador daquele pedaço do rio, da ponta para baixo até o Pontal do Abaeté, que é uma região linda, maravilhosa, continue atento a isso. Quem não conhece precisa conhecer. Às vezes, fazemos tanto turismo longe de Minas Gerais e também para fora do Brasil, enquanto temos aqui paisagens maravilhosas para serem vistas e usufruídas.

Deixo registradas estas minhas palavras e espero que a referida situação seja tratada com a devida importância que tem, para que possamos, em relação ao turismo, ter os nossos rios em perfeitas condições de receber o turista e de fazer com que ele volte a esses lugares, criando, assim, um efeito de bola-de-neve, ou seja, um volume maior de pessoas interessadas no turismo proporcionado pelos nossos rios, especialmente pelo Rio São Francisco.

Aproveito, que ainda tenho tempo, para falar sobre outro rio que também está no centro da nossa preocupação: o Paraopeba, de que gosto muito. É um milagre ainda haver vida ali, tendo em vista a quantidade de detritos que é jogada nele. Deputado Gustavo Valadares, se alguém quiser ter noção do volume de lixo que o rio recebe, basta ir ao local denominado Barra do Paraopeba, em Felixlândia, no encontro com a represa. Por incrível que parece, esse material não precisaria chegar ao rio, porque a maioria é composta de garrafas PET.

Creio que seja a hora de começarmos a fazer um trabalho sério com o produtor de lixo, obrigando-o a dar uma destinação final aos dejetos. Existem controvérsias quanto ao processo de decomposição do lixo. Alguns dizem que o plástico leva em torno de 400 anos para se decompor, outros dizem que são 100 anos. Na verdade, é muito fácil produzir garrafas PET. As empresas estão ganhando rios de dinheiro com o seu fornecimento, mas não têm a responsabilidade de dar fim ao que produzem. Sendo assim, o material vai parar na natureza, nas águas do Paraopeba. Como disse anteriormente, é um grande milagre haver vida nesse rio - e vida fantástica, como a de peixes de 60kg a 70kg. Eles sobrevivem ali, no meio de todo esse lixo.

É importante abordar esse assunto e despertar a consciência dos interessados e dos que de fato amam o Rio Paraopeba.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte)\* - Muito obrigado pela oportunidade, Deputado Vanderlei Miranda. Parabéns por seu pronunciamento. É gratificante para nós, do PV, perceber que a cada dia mais Deputados desta Casa estão-se preocupando, estudando e debatendo a questão ecológica.

Para nós que somos votados em São Roque de Minas, na nascente, em Iguatama, Arcos, Lagoa da Prata e Moema - de onde veio uma comitiva hoje -, discutir sobre o alto São Francisco é muito importante.

Conversei agora com o Presidente, Deputado Doutor Viana, a respeito do lamentável acidente advindo de algum problema com a Cemig. Precisamos discutir e emitir parecer para que a nossa empresa Cemig, maior patrimônio de Minas Gerais, evite que novos acidentes dessa natureza aconteçam nos rios de Minas Gerais. O São Francisco, tão prejudicado com a transposição, não pode ser afetado por mais um problema de natureza ecológica e econômica. Muito obrigado.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Parabéns V. Exa. por essas palavras. Tenho acompanhado o seu trabalho na Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, conduzida com dinamismo.

Vários requerimentos foram aprovados buscando potencializar essa que é uma das maiores fontes de renda e aptidão do Estado de Minas Gerais: o turismo. Não há como não falar de turismo sem falar de preservação ambiental, sobretudo em Minas Gerais. Portanto, é oportuno, urgente e importante - especialmente num momento em que se discute muito a questão do meio ambiente - nós, parlamentares, sermos protagonistas desse novo tempo de preservação junto ao governo. Além de evitarmos desastres ecológicos, com degradação até irreversível do meio ambiente, pois uma coisa gera a outra. São a água, os peixes, o ar... Podemos contribuir para o crescimento do turismo no nosso Estado de Minas Gerais.

Certamente esse é um grande potencial que Minas Gerais tem para explorar.

Deputado Vanderlei Miranda, parabéns pelas palavras. Associe-me a esse protesto e, ao mesmo tempo, a essa preocupação em relação à contaminação dos Rios São Francisco e Paraopeba. Realmente precisamos fazer algo urgente. Obrigado.

O Deputado Vanderlei Miranda - Deputado Eros Biondini, obrigado pela intervenção, pelo aparte.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Gostaria de cumprimentar o Deputado Doutor Viana - Presidente em exercício -, a Mesa, os Deputados presentes no Plenário, os telespectadores que nos vêem, os servidores desta Casa e a imprensa.

Hoje há aqui uma coincidência de temas, que, aliás, estão sendo tratados pelos Deputados Weliton Prado e Vanderlei Miranda. Quero aproveitar para aprofundar esses temas relacionados à água, ao meio ambiente e à questão da educação.

Recebemos uma denúncia apresentada pela Federação de Pescadores Artesanais do Estado de Minas Gerais, pelas Colônias de Pescadores de Minas Gerais, pela Comissão Pastoral da Terra - CPT - e pelo Movimento Capão Xavier Vivo. Esses movimentos sociais apresentaram uma denúncia, que já foi citada pelo Deputado Vanderlei Miranda. Lerei, na íntegra, a avaliação dos movimentos sociais sobre esse caso da mortandade dos peixes em Três Marias. (- Lê:)

"Cemig provoca mortandade de peixes no Rio São Francisco, em Três Marias. Os pescadores da Colônia de Pescadores do Rio São Francisco, em Três Marias, vinham alertando a Cemig para o risco de mortandade de peixes caso o vertedouro da barragem fosse fechado, mas os alertas não foram ouvidos pela Cemig. Resultado: barcos e mais barcos, caminhões e caminhões de peixes foram mortos - todos com, no máximo, 50cm de tamanho".

Hoje cedo, na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, o Secretário José Carlos Carvalho confirmou que, de fato, já somam mais de 10t de peixes mortos.

"Dia 30 de março, por volta das 20 horas, a Cemig fechou, sem necessidade, o vertedouro da Usina Hidrelétrica Barragem de Três Marias. Não havia necessidade de fechar o vertedouro, pois neste ano choveu muito, e há muita água represada na barragem. Os peixes, em piracema, estavam tentando subir o rio. Impedidos pela barragem, ficaram encantoados em uma 'bacia de água' de cerca de 30m por 6m - uma imensidão de peixes. Como o vertedouro foi fechado, a água parou de ser renovada, o oxigênio na água acabou, e os peixes morreram. Outros milhares de peixes foram tragados para dentro das turbinas. Segundo o Sgt. Eduardo Figueiredo, da Polícia Militar Ambiental, dentro de uma máquina - uma turbina - há aproximadamente 4t de peixes, que foram mortos quando a turbina começou a funcionar. Por falta de oxigênio na água da 'bacia', a mortandade de peixes aconteceu e continua acontecendo."

Há ainda um pronunciamento, ou seja, um depoimento do pescador Norberto Antônio dos Santos - que, aliás, foi citado aqui pelo Deputado Vanderlei Miranda -, em que ele diz: "Há 48 anos, pesco aqui no Rio São Francisco, em Três Marias. Nunca vi uma desolação dessa. Da barragem até a barra do Rio Abaeté, uns 30km, há milhares de peixes mortos. Há um mau cheiro insuportável por causa dos milhares, senão milhões de peixes mortos. Cinco barcos da Cemig estão recolhendo os peixes mortos. Então, já foram retiradas mais de 10t. Não havia necessidade de se fechar o vertedouro".

Eles terminam o manifesto dizendo: "Os interesses econômicos dos acionistas da Cemig, na prática bastante privatizada, estão prevalecendo.

A Cemig deve ser responsabilizada por esse bárbaro crime ambiental. Deve ser punida com rigor. A Cemig, que diz produzir energia limpa, está causando um crime ambiental e social como esse. Além de presentear o povo mineiro com a tarifa de energia residencial mais cara do País e

presentear as empresas com a tarifa de energia mais barata do Brasil, a Cemig também retira da mesa das populações ribeirinhas o peixe de cada dia".

Esse é um manifesto dos pescadores, sob a ótica dos movimentos sociais, dada a gravidade da situação. Foi realizada, hoje, pela Comissão de Meio Ambiente uma grande audiência pública, na qual argüi o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, José Carlos Carvalho, pois os órgãos de imprensa anunciaram que a Cemig havia sido multada em apenas R\$12.000,00 por essa mortandade. Nenhuma multa vai superar o tamanho desse crime ambiental. O valor é insignificante, mas o Secretário disse que, de fato, não procede e que haverá uma multa conforme o tamanho do crime ambiental de Minas. Os pequenos agricultores e garimpeiros estão pagando valores muito maiores quando cometem uma infração em área ambiental no Estado. Deve haver uma fiscalização eficiente dos órgãos ambientais. Os valores são infinitamente maiores do que esses que foram anunciados pelos órgãos de imprensa.

Também argüi o Secretário sobre a situação da barragem de rejeitos de Mirai, e ele me disse que está havendo uma grande participação da Feam para conter a contaminação que houve, não somente em Minas, mas também no Rio de Janeiro, e que a empresa tem de mudar o seu comportamento em relação à questão ambiental. Esse foi também outro crime acontecido em Minas. O Secretário deu-nos uma informação preocupante de que há, em Minas Gerais, mais de 70 barragens de rejeitos, e grande parte ainda não está sendo fiscalizada pela Feam, como também barragens hidrelétricas que precisam do acompanhamento dos órgãos ambientais, para se ter uma fiscalização mais rigorosa no Estado. O Secretário também se comprometeu a enviar a esta Casa um relatório sobre a real situação das nossas barragens, os impactos ambientais e o controle rigoroso que se deve ter para que casos como esse sejam evitados no Estado. Quero deixar esses dois registros para o cuidado que devemos ter, em Minas, com o meio ambiente.

Temos que fazer um debate muito profundo sobre a transposição do Rio São Francisco. Devemos pensar quais as conseqüências das ações que Minas está provocando no Rio São Francisco com as empresas poluidoras; o Projeto Jaíba vai retirar do São Francisco 80m<sup>3</sup> de água, enquanto transposição vai retirar 26m<sup>3</sup> pela outorga dada pelo Ibama. Queremos que esse rio seja, urgentemente, revitalizado; que a questão ambiental seja preservação, em todas as questões de Minas. Devemos também ter o cuidado de avaliar, com profundidade, os projetos nacionais que implicam Minas Gerais, como a transposição, mas também nos perguntar o que Minas Gerais provoca no São Francisco, a exemplo da Cemig, da irrigação do Jaíba, das empresas poluidoras, enfim, o conjunto de esforços que existem, hoje, para prejudicar rios como o São Francisco, o Doce e todos os seus afluentes, na nossa considerada Minas Gerais, a caixa de água do Brasil.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)\* - Gostaria de fazer uma observação, concordando com sua intervenção, Deputada Elisa Costa, nossa Líder. Hoje, além de serem irrisórias e de não reporem o dano ambiental, as multas, na maioria das vezes, não são pagas. O caso de Mirai aconteceu há quatro anos, mas até hoje a multa não foi paga porque entraram com recursos administrativos, e a empresa ainda tem a prerrogativa de recorrer judicialmente.

É necessário que haja uma ação preventiva bastante séria. Pessoalmente sou contra a transposição do Rio São Francisco, pois existem outras obras a que o governo deveria dar prioridade. O problema é que, se as previsões forem comprovadas, o tempo útil de vida daquele rio será de mais 30 anos. Logo não teremos ali peixes - estamos denunciando hoje a violenta morte de peixes - nem assoreamento, nem qualquer tipo de ação por parte do agronegócio será possível. Só teremos esgoto escurando por aquele rio. É mais que fundamental revitalizar o Rio São Francisco. Para isso é necessário que haja uma ação das hidrelétricas do governo estadual, da Cemig, da Feam e do Copom, que são órgãos estaduais, porque, com toda certeza, daqui a 30 anos, poderemos estar falando de um rio extinto, como muitos que existiram antes.

Então, é importante que haja essa intervenção e que tenha acontecido, na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, essa ação que V. Exa. registrou: uma ação rápida de cobrança e exigência. O correto seria que a Cemig, a título de multa, repusesse um peixamento cinco vezes maior que o dano causado. Essa ação seria muito mais eficiente para o rio.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputado Durval Ângelo, pela intervenção.

Quero acrescentar, nessa fase final do nosso pronunciamento, que nesta semana tive a oportunidade de participar de uma manifestação popular em Governador Valadares, exatamente porque a população foi surpreendida com um aumento bastante abusivo da tarifa de água, a exemplo do que aconteceu com a Copasa no Estado de Minas Gerais, que cobra um valor considerado alto para a grande maioria da população.

Em Governador Valadares, temos o SAE, um serviço autônomo, que, a cada ano, tem feito seu reajuste com critério. Porém, dessa vez, o critério não foi utilizado. A população mais pobre foi abusivamente prejudicada. As contas de água foram apresentadas, e os critérios de reajuste não foram obedecidos. A população que hoje ganha entre um e dois salários mínimos teve conta de água no valor de R\$150,00, R\$200,00, R\$300,00. Foi uma grande manifestação na cidade.

O SAE presta um serviço muito bom em Governador Valadares e em outros Municípios; sempre teve uma gestão positiva para a cidade e agora vem com essa surpresa do reajuste sem critérios. Tivemos uma grande manifestação, de todos os bairros da cidade, em que se abordou a questão da tarifa abusiva, quando a população pediu uma revisão e uma alteração da lei que foi modificada. Quando da alteração da lei, a Câmara de Vereadores não conseguiu detalhar qual seria o valor e o critério utilizado.

A água é um bem essencial e não deve ser desperdiçada, mas a população não pode pagar além das suas condições um reajuste maior que a inflação e o próprio salário do povo brasileiro.

Quero solidarizar-me com a população de Governador Valadares e de Minas Gerais, que está sentindo o peso das altas tarifas de água, esgoto e energia elétrica.

Hoje, se, por um lado, há a possibilidade do aumento real do salário mínimo e programas sociais como o Bolsa-Família, que garantem os direitos sociais, como a alimentação, a cidadania e a dignidade, por outro lado, os benefícios estão sendo retirados por meio de tarifas excessivamente altas que estão sendo cobradas de nossa população.

Deixo aqui mais um registro. A cidade de Governador Valadares passa por um momento crítico. Está acontecendo lá uma CPI sobre desvio de recursos públicos que já foi comprovado, no montante de cerca de R\$2.000.000,00. É tão grave a situação que os 14 Vereadores da Câmara assinaram o pedido de CPI, ou seja, houve unanimidade na Câmara de Vereadores, abrangendo o Bloco da Situação e o da Oposição, dada a crise política ligada ao desvio de recursos públicos ocorrido com a Tesoureira do Município.

Estamos pedindo que, de fato, haja uma consideração. Estão chegando lá muitos recursos, como é o caso de R\$48.000.000,00 do governo federal, do Presidente Lula. Será implantado o Cefet em Governador Valadares, e há também recursos para as áreas da saúde e da educação, e eles precisam ser muito bem aplicados no Município, cuja população respeitamos muito, assim como a cidade.

Deixo aqui o registro de nossas preocupações. De fato, deve haver esclarecimentos para que os recursos públicos sejam muito bem aplicados, não somente em Governador Valadares, mas também em todos os Municípios mineiros e brasileiros, já que esses recursos são sagrados,

pertencem ao povo.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Deiró Marra\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia que nos acompanham, como nosso tempo já está resumido, seremos breve em nosso discurso. Dois assuntos nos trazem à tribuna. O primeiro consiste num agradecimento, nesta oportunidade única, ao nosso companheiro Wander Borges pela acolhida que tivemos no PSB. Já comunicamos à Casa que estamos retornando ao PR, nosso partido de origem, com o companheiro Juninho Araújo. Fizemos isso porque vivemos um momento de definição nos tribunais superiores do País relativamente à questão da fidelidade partidária. Queremos dizer aos colegas e companheiros que estiveram conosco nessa batalha que essa é a melhor solução. Portanto, a partir desta data, Sr. Presidente, defenderemos a bandeira do Partido da República. Temos certeza de que continuaremos trabalhando como fazíamos com os demais companheiros.

Sr. Presidente, hoje estamos desempenhando à frente da Comissão de Educação um trabalho muito importante e temos que fazer duas discussões. Em primeiro lugar, queremos trazer a público a questão da assinatura da TV pública, do desafio que foi lançado por nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse é um avanço, uma caminhada que irá frutificar na implantação do sistema público, para termos uma TV pública definitiva.

Sr. Presidente, essa foi uma luta muito grande. Esse projeto vem sendo discutido desde a década de 90, em outros governos. Muito se tem falado, mas pouco se tem feito pela TV pública no Brasil. Este momento é importante para a discussão.

Sabemos que hoje há entidades com uma definição correta a respeito do que seja a TV pública. Posso dizer aqui, Sr. Presidente, que, segundo dados fornecidos pela Associação Brasileira das Emissoras Públicas - Abepec -, em 2004, dessas TVs, apenas a Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura de São Paulo; a TV Educativa do Rio de Janeiro e a Fundação Cultural Piratini, mantenedora da TV Educativa de Porto Alegre, contam com efetivos conselhos, atuantes na parte de administração, que caracterizam, realmente, trabalhos desenvolvidos como TV pública.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um tema que nos remeterá a muita discussão, e o desafio é muito grande. É importante falarmos disso e iniciarmos o debate. Já providenciamos os primeiros requerimentos na Comissão, para podermos discutir a respeito da matéria e para que Minas Gerais e, principalmente, a Assembléia Legislativa possam ganhar com a inclusão da televisão implantada por esta como TV pública. Será um avanço de grande importância para todos nós, Deputados desta Casa, contar com tão importante veículo de comunicação.

Externo o nosso elogio e o nosso apreço a todos os funcionários da TV Assembléia, do sistema de difusão do trabalho nesta Casa, pelo trabalho muito bem feito por todos. É de considerar que, com o avanço da TV pública, teremos em Minas a oportunidade de ver o canal da TV Assembléia divulgado em âmbito estadual como TV aberta.

Outro tema importante, Sr. Presidente, é a matéria divulgada na revista "IstoÉ" desta semana: "O intercâmbio escravo". Muitos estudantes desejosos de trabalhar, estudar, dominar um idioma e se qualificar no mercado buscam conhecer novas culturas. Por tudo isso, Sr. Presidente, buscam o mercado externo, principalmente o mercado americano. É importante dizer que pesquisa realizada, segundo a revista "Isto É", pela Association of Language Travel Organizations, maior entidade de empresas de intercâmbio do mundo, informa que, nos últimos cinco anos, o Brasil se transformou no quarto "exportador" de estudantes do planeta, responsável por 32% dos jovens que cruzam os ares em busca de melhor formação.

Temos, sim, Sr. Presidente, boas formações em Minas Gerais, mas precisamos lutar pelo esclarecimento do que foi exposto nessa revista e, acima de tudo, pelas considerações feitas.

Assim, apresentamos hoje requerimento junto à Comissão no intuito de que se officie, por meio da Mesa desta Assembléia Legislativa, ao Consulado americano para que verifiquem as informações e para que o tema seja trazido ao debate, esclarecendo-se o que há de concreto em relação aos dados dessa matéria. Aliás, ela cita entidades de Minas Gerais que enviam alunos. É importante sabermos o que há de concreto e o que há de concreto nessa matéria.

Realizamos esse trabalho e temos certeza de que, com esse entendimento, poderemos levantar a veracidade das informações e, nesta tribuna, defender os estudantes mineiros, para que tenham acesso a um estudo qualificado. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, tentarei, neste prazo de 60 minutos, abordar alguns assuntos que já estávamos preparando há alguns dias. Infelizmente, ontem, devido a uma atitude já contestada pela nossa Líder, pela nossa bancada, não foi possível ocupar esta tribuna.

De início, tive o cuidado, Deputada Elisa Costa, de assistir, ontem à noite, à reprise da nossa reunião, na TV Assembléia, que foi ao ar às 23h52min, até para, de maneira mais fria, fazer uma análise do teor do pronunciamento do Deputado Líder da Maioria acerca do governo Lula. Confesso que fiquei perplexo, principalmente pelos termos utilizados. O Presidente Lula foi chamado de irresponsável, populista, Presidente que falta com a verdade, pobre coitado, eleito em cima de mentiras. Então, eu queria manifestar nosso total repúdio à forma como o nosso Presidente, autoridade máxima deste país, foi tratado neste Plenário.

A crítica política, a crítica ao governo e aos seus programas faz parte da democracia. Mas a figura do Presidente merece respeito, assim como o nosso partido. Portanto, queria aqui rechaçar, de pronto, esse tipo de acusação trazida a esta tribuna.

Mais importante que essa disputa política verbal é o que o povo mineiro quer: resultado prático, bons programas, melhoria em sua qualidade de vida. Quero vir à tribuna não para fazer com o Governador de Minas o que fizeram com o Presidente Lula - até porque essa não é a nossa forma de fazer oposição -, mas para cumprir o nosso papel legislativo de fiscalizar as ações do poder público.

Hoje o governo encaminhou a esta Casa o relatório da auditoria da execução orçamentária relativo ao ano de 2006. Esse relatório ainda não está à disposição eletronicamente. Aproveito o momento para solicitar à assessoria da Maioria que torne esse relatório disponível eletronicamente a todos os Deputados e Deputadas.

Os anexos estão na Consultoria desta Casa, e o Bloco PT-PCdoB, por intermédio de sua assessoria técnica, já fez análise preliminar, baseada no Armazém Siafi, em 12/1/2007, dos dados disponíveis da execução orçamentária do Estado. Aproveito para reiterar um pedido ao Presidente da Assembléia e à Secretaria de Planejamento. Houve uma mudança na forma de tornar disponíveis os dados para acompanhamento da execução orçamentária, o que, infelizmente, trará maiores dificuldades, pois requer aquisição de outro programa, com custo financeiro maior. Nós, do

Bloco PT-PCdoB, gostaríamos que rapidamente essa questão fosse equacionada, porque um dos principais papéis do Poder Legislativo é exatamente o acompanhamento do Orçamento do Estado, das leis orçamentárias.

Felizmente, nesta Assembléia, esse acompanhamento já está sendo feito, não só pelos Deputados, mas também, em conjunto, pela sociedade civil, a partir da disponibilização de dados a ela. Fizemos isso, por exemplo, no chamado Orçamento Criança. É muito importante que a sistemática de disponibilização de dados para o acompanhamento da execução orçamentária seja facilitada ao conjunto de Deputados e Deputadas desta Casa.

Apresentarei análise dos chamados projetos estruturadores do governo do Estado. Trinta e cinco projetos estruturadores compõem o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG. Eram 30 projetos, mas, quando da primeira discussão desse Plano na Assembléia, uma emenda popular da sociedade civil conseguiu incorporar o Programa Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, elevando esse número para 31. Nas revisões sucessivas, esse número foi aumentado, por iniciativa do próprio governo, com a inclusão de mais quatro projetos estruturadores. Portanto, hoje o governo tem uma carteira de 35 projetos ditos estruturadores.

Esses projetos tiveram, para o ano de 2006, um crédito autorizado de R\$2.086.000.000,00. Fazendo uma análise do conjunto, é evidente que o ideal buscado por todos nós é o cumprimento rigoroso do Orçamento, ou seja, que haja 100% de execução orçamentária. Esse é o ideal. Infelizmente, isso não ocorre em vários níveis do governo.

Como sou Deputado Estadual, analisarei o Orçamento do Estado. Alguns dados me preocuparam. Farei esta análise para, no bom sentido, provocar o debate, buscar o diálogo, a fim de que o governo possa apresentar suas explicações e justificativas. Precisamos de, no ano de 2007, aperfeiçoar essa execução orçamentária. Por exemplo, o Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR - teve, para o ano de 2006, um orçamento, um crédito autorizado de R\$37.993.000,00, mas a despesa empenhada e liquidada nesse ano foi de apenas R\$5.597.000,00, ou seja, 14,73%. O PCPR só teve, como despesa liquidada, 14% do orçamento.

Há outro programa muito importante para nós. Hoje, nesta Casa, estive com o Secretário de Meio Ambiente, pessoa reconhecida na área, em virtude do excelente nível que possui, e de quem ouvi algumas críticas ao processo de transposição do Rio São Francisco, bem como ao governo federal. Não entrarei no debate da transposição, mas na parte consensual. Todos nós defendemos a revitalização do Rio São Francisco. Conforme salientou o Secretário, o Governador entrou com uma ação na Justiça a fim de que Minas seja ouvida no que tange à transposição.

Quanto à revitalização do Rio São Francisco, o orçamento autorizado, previsto, era de R\$22.840.000,00. Sabem quanto o governo gastou? Para revitalizar o Rio São Francisco, o governo gastou R\$4.500.000,00, ou seja, 19,75%. Estou falando em um projeto estruturador, prioritário do governo do Estado.

Queremos entender o que está acontecendo no âmbito de Minas Gerais. Por que o governo, que tanto defende a revitalização e ataca a transposição do Rio São Francisco, gasta apenas 19,75% do seu orçamento com a revitalização?

Outro importante projeto estruturador, prioritário, diz respeito aos arranjos produtivos locais, que podem gerar desenvolvimento regional. Esse projeto, inicialmente, tinha um crédito de R\$41.000.000,00, mas o governo autorizou apenas R\$13.000.000,00. Como se vê, promoveu um corte de 68% dos recursos. Como se não bastasse, gastou apenas R\$2.996.000,00, ou seja, 22,96%.

Vejamos agora o Programa Minas sem Fome, que, aliás, é muito importante. Como se sabe, o governo federal lançou o Programa Fome Zero, e a política de segurança alimentar encontra-se em pleno processo de institucionalização. Temos a Lei Nacional de Segurança Alimentar e, em Minas Gerais, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Losan -, aprovada por esta Casa. Com o Deputado Padre João, bem como com o conjunto de Líderes desta Casa, quando fui Líder do PT, tive a honra de construir a tramitação participativa desse projeto. A Losan entrou em vigor em 19/4/2006. Ademais, o Consea é presidido por pessoas das mais dignas de nosso país, a exemplo de D. Mauro Morelli, pessoa competente, que tem grande compromisso com essa área.

Hoje, tenho a honra de integrar o Consea. Na verdade, fui indicado pelo Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, para representar a Assembléia nesse Conselho. Desde a época do governo Patrus, em Belo Horizonte, acompanho de perto o que se faz nessa área.

O Programa Minas sem Fome tinha um crédito autorizado de R\$17.000.000,00, mas foram gastos apenas R\$5.841.000,00, ou seja, 34,09%.

Alguém da base do governo poderia contestar: "Devem ter faltado recursos federais; por isso, gastou-se tão pouco". No entanto, ao verificarmos o quadro, vemos a execução orçamentária por fontes de financiamento. O que percebemos no quadro do Programa Minas sem Fome? Vemos aqui: convênio, acordo, ajuste. Constam recursos federais. O Estado, nesse caso, executou 54%. Então, está acima da média. É sinal de que os recursos vieram, e o Estado os gastou.

Quanto aos recursos ordinários, o Estado executou apenas 39,71%. Esse é outro dado preocupante. Como já disse, um projeto importante como o Minas sem Fome teve uma execução orçamentária de apenas 34,09%.

Eu destacaria quatro projetos: Revitalização do São Francisco, Combate à Pobreza Rural, Arranjos Produtivos Locais e Minas sem Fome. Houve projetos que o governo executou muito bem. Reconheço isso; caso contrário, pareceria que estou apenas criticando.

Na área de comunicação social, o governo executou 99,48% do Orçamento, quase 100%. Na Estrada Real, houve 50% de execução orçamentária; na PPP, houve 49% de execução orçamentária. No caso do Projeto Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, que deveria ser de 100%, pela abrangência e relevância social, houve a execução orçamentária de 78%.

Dos 35 projetos estruturadores, prioritários para o governo, apenas 12 têm, em valor absoluto, despesa liquidada superior ao volume gasto em comunicação social. Isso significa que 23 dos projetos prioritários gastam menos do que o governo liquidou de despesa com comunicação social. Levanto esses dados para a reflexão dos Deputados e das Deputadas.

O governo gasta mais em comunicação social do que no Projeto Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas. Na comunicação social, o governo gastou R\$39.000.000,00, mas, com a inclusão social de famílias vulnerabilizadas, gastou R\$25.000.000,00. Não tive tempo de avaliar quanto foi gasto pelo governo federal, mas tenho a certeza de que, na próxima terça-feira, os Deputados do governo trarão a execução orçamentária e os programas do governo Lula para discussão. Saberemos quanto o governo Lula gasta em comunicação social.

Pedirei a minha assessoria para fazer esse estudo. Saberemos se a comunicação social do governo gastou, por exemplo, mais do que o Ministério do Desenvolvimento Social. Se tiver gasto, virei aqui para mostrar os dados claramente. Se o governo federal gastou mais com comunicação social do que o Ministério do Desenvolvimento Social, está errado, porque a prioridade deve ser o ser humano.

Para fazer uma oposição serena e consistente, mostrarei a média de execução orçamentária. A média dos projetos estruturadores é de 53%. Na média, houve uma melhoria do governo em relação ao início do primeiro ano do Plano Plurianual. Lembro-me de que, no final de 2004, fiz esse balanço. Dos 31 projetos, 17 tinham execução orçamentária inferior a 50%. Agora, esse número é bem menor. Devem ser seis ou sete projetos. A execução orçamentária do governo melhorou, um sinal de que, depois de quatro anos, houve um avanço de gestão. Espero que, neste ano, se aproxime ainda mais de 100%.

Um fato me chamou a atenção. A média geral da execução orçamentária, Deputado Ademir Lucas, é de 93%.

A execução média dos projetos estruturadores é 83%. O governo deveria aproximar ou até superar a média de execução, por se tratar de projetos estruturadores. Levanto esse item para a reflexão dos Deputados e das Deputadas.

Esse acompanhamento é muito importante. Tenho dados de outros programas, ficando claro que o governo possui uma vocação maior para investimento em infra-estrutura. Não estou fazendo nenhum juízo de valor sobre isso. O Pró-Acesso, que todos nós defendemos, é um dos programas mais importantes. Tenho família no interior, que viveu a vida inteira num Município sem ligação asfáltica, no Vale do Aço, e sei o que é isso. O crédito inicial para o Pró-Acesso era de R\$233.000.000,00, e o autorizado foi de R\$448.000.000,00. Quanto ao Pró-MG, que trata de manutenção de rodovia, o crédito inicial era de R\$100.000.000,00, e o autorizado foi de R\$165.000.000,00. Referentemente a outros programas, principalmente na área social, há uma redução entre o crédito inicial e o crédito autorizado.

Fiz uma análise do governo Aécio no primeiro mandato e arrisco-me a fazer outra no início do segundo mandato. Acredito que Minas Gerais está precisando de um choque social. No primeiro mandato, houve algumas medidas de ajuste de gestão, mas foram medidas dissociadas de uma intervenção mais forte do poder público, na área social. É um equívoco tratar o choque de gestão desvinculando-o dos objetivos sociais, porque a gestão pública tem de ter uma finalidade em si. E a finalidade em si da gestão pública é exatamente promover a qualidade de vida e a inclusão social. O poder público existe para isso.

Não percebo, à luz do Orçamento, uma ênfase maior nos projetos sociais. Poderiam dizer que, no que se refere à saúde e à educação, o índice de execução orçamentária é muito alto. O programa Saúde em Casa, por exemplo, é de 99%; e o Universalização e Melhoria do Ensino Médio é de 98%, mas são áreas com recursos vinculados, exigência constitucional. Portanto o governo se vê obrigado, até para não ter as contas questionadas ou rejeitadas na Assembléia, a cumprir o mínimo constitucional, ainda que, na área da saúde, exista essa polêmica de inclusão de receitas, que não são receitas próprias orçamentárias, e sim decorrentes de pagamento de taxas, como algumas receitas da Copasa.

Na área da educação e da saúde, há uma execução orçamentária alta porque o recurso é vinculado. Se analisarmos o orçamento destinado à assistência social, área em que atuo bastante, constataremos que... O projeto estruturador corresponde a praticamente 0,1%. Somando todo o orçamento da Sedese, corresponde a 0,2% do conjunto orçamentário do Estado. Para efeito comparativo, o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social, comandado pelo Ministro Patrus Ananias, executa em média de 6% a 7% do Orçamento da União; o Prefeito Pimentel, em Belo Horizonte, mais de 2%. No Estado de Minas Gerais, com muito boa-vontade, 0,2% do Orçamento é destinado à assistência social.

Portanto deve haver uma reorientação do recurso para a área social. Esse é um ponto importante porque, neste ano, discutiremos o PPAG. Já conversei com o Sr. Antônio Augusto Anastasia, com a Secretária Renata Vilhena, com o Presidente da Assembléia, com o Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e com o Deputado Sebastião Helvécio. A Assembléia tem um importante papel a cumprir neste ano; cabe a ela promover o debate das prioridades. O Estado vai apresentar, ao longo do corrente ano, 50 projetos estruturadores, vinculados a 11 áreas de resultados. Então, será importante que a Assembléia acompanhe todos esses projetos e discuta o conteúdo de cada um deles para saber se estão de acordo com as prioridades do Estado. Além disso, é preciso que se faça a discussão desses projetos no plano regional, o que também é muito importante.

Gostaria de reiterar essa proposta de maneira tranqüila e serena, para que possamos fazer esse debate na Assembléia.

Então, Srs. Deputados e Deputadas, não vou cansá-los, até porque o principal já foi dito. Acredito que cada um desses programas que mencionei aqui terão uma justificativa própria. O nosso papel será justamente levantar os dados e, em seguida, promover o diálogo.

É importante registrar o enorme respeito que tenho pela área de planejamento do Estado. Hoje esse conjunto de estruturadores são acompanhados e monitorados pelo Secretário Tadeu Barreto, uma pessoa competente, de diálogo, integrante do quadro de carreira do BDMG, um técnico muito qualificado e empenhado em promover o planejamento público em Minas Gerais. A seu lado está o Bernardo, que também responde pela área orçamentária e de planejamento do Estado. O próprio Vice-Governador se empenhou muito na valorização dos projetos estruturadores.

Realmente, nesses quatro anos, houve uma melhora do ponto de vista da execução orçamentária, mas espero que o governo manifeste a esta Casa os motivos de a execução orçamentária ter sido tão baixa para alguns projetos; isso daria oportunidade para o debate este ano, a fim de ampliarmos o chamado orçamento social.

Concedo aparte, com maior prazer, ao Deputado Dinis Pinheiro, Deputado mais votado em Minas Gerais.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) - É muito bom testemunharmos a manifestação do Deputado André Quintão, um parlamentar extremamente combativo, atuante e dotado de elevado espírito social.

V. Exa. faz uma manifestação serena, tranqüila, com fulcro em números. Não se encontram à minha disposição os números possivelmente frios e congelados do governo federal em relação a programas e a tantas outras ações.

Ao final da fala de V. Exa., pudemos observar o reconhecimento de que Minas realmente avançou e de que verdadeiramente está vivenciando um outro momento.

Não sei se o governo federal foi muito eficiente no que se refere a comunicação social, mas acredito que tenha sido essa a ação mais vigorosa do governo federal, nos últimos anos.

Fico pensando nos repasses do governo federal aos Estados membros da Federação, sobretudo na área da segurança pública, e aí me vem a indagação se o governo federal cumpriu e honrou todos os seus compromissos na referida área em relação aos Estados da Federação e também a Minas Gerais.

A situação da saúde no Brasil faz parte de um questionamento natural, ou seja, saber se os investimentos na área aumentaram e tiveram um crescimento forte e vigoroso. Ao que parece, Minas Gerais, entre os grandes Estados do País, é o Estado mais prejudicado em relação aos repasses para o setor da saúde.

Lembro-me, Presidente em exercício, Deputado Ademir Lucas, de quando foi criada a famosa Cide, que é contribuição prestada por cada um de nós para melhorar a infra-estrutura do País. Gostaria de saber se esses recursos estão sendo totalmente investidos na infra-estrutura dos nossos Estados.

Isso é imprescindível para que a nossa nação seja próspera, para que o povo tenha oportunidade de emprego e uma vida melhor. Apesar de não ter os números em mão, parece que o governo federal tem pecado muito em relação a esse setor. Nem sequer quero reportar-me à famosa e badalada CPMF, recurso instituído para melhorar a saúde do povo brasileiro, mas que a tem piorado ainda mais.

São essas as minhas indagações neste momento. Observamos que, nos quatro anos deste novo governo, houve inúmeros avanços. Não precisamos nos debruçar nesses números citados por V. Exa. Talvez seja mais prático percorrermos a nossa amada Minas Gerais olhando todos os cantos e setores e percebendo os diversos investimentos que efetivamente melhoram a vida dos mineiros. Quem não se lembra da doação de materiais didáticos às nossas crianças? Isso é investimento social ou não? E a reforma e construção de escolas, os investimentos na saúde, o saneamento básico? Essas ações são dotadas de espírito social ou não? E quando levamos asfalto aos quatro cantos de Minas Gerais, direcionando-o também à terra de V. Exa.?

Fico feliz por ser mineiro; fico feliz por estar na condição de Deputado participando deste governo reconhecido por todos, até pelos adversários, e altamente conceituado em todos os Estados do País - certamente, é o que possui o conceito mais elevado. Nesta semana, Minas Gerais observou atentamente a manifestação de um homem público, Fernando Pimentel, Prefeito correto e dinâmico, que está realizando uma administração moderna aqui, ao expressar carinho, apreço e admiração pelo nosso Governador, que, num gesto ousado e de visão peculiar a um grande estadista e notável homem público, lança Belo Horizonte num novo cenário, o mesmo idealizado por JK e patrocinado por Niemeyer. Agora, sob as mãos talentosas de trabalhadores como o Governador Aécio Neves, é lançado um projeto extraordinário e importantíssimo: o novo centro administrativo do governo estadual.

Portanto, Deputado André, poderíamos citar aqui muitas ações e muitos avanços, mas sabemos que eles existem, e o Governador está cômico desse cenário. É por isso que aceitou ser candidato novamente, enfrentando o segundo mandato. Assim como ele, todos sabemos que ainda há percalços, mas a caminhada está sendo realizada, o trabalho está sendo feito. Nada melhor que buscar o caminho de V. Exa., que teve a oportunidade até de relatar números e expor sua posição ao Vice-Governador Anastasia, que tem sido um parceiro extraordinário na administração deste novo Estado.

Tenho a certeza absoluta de que a cada dia a peça orçamentária será executada e implementada, porque Minas tem um governo sério. O choque de gestão foi implementado porque a administração pública tem de ser eficiente, austera, econômica, moderna. Somente dessa forma, após conjugar e implementar todas essas ações, é que teremos oportunidade de também fazer esses programas sociais, sendo que, a meu ver, muitos já foram implementados.

Aí, sim, teremos realmente um Estado organizado, uma máquina pública eficiente e, paralelamente, ações sociais importantíssimas e sensíveis para melhorar a vida do ser humano. Seja da minha amada Ibitité, seja de Minas Gerais, o povo deseja resultado, trabalho, eficiência e eficácia na administração dos recursos públicos.

Deputado Ademir Lucas, é por isso que fico feliz. V. Exa. conhece a nossa Ibitité, a minha vida e a da nossa família. Dá para fazer; e conseguimos fazer, quando temos vontade, garra e trabalho, e somos bem-intencionados. Digo isso com orgulho. Ibitité, cidade que tem uma das menores arrecadações do Estado, hoje tem um Prefeito que, mesmo exercendo o mandato pela terceira vez, consegue atingir índices de 85%. Esse realmente é um fato motivador para exercermos a vida pública. Mesmo num cenário de tantas dificuldades, consegui identificar oportunidades e instrumentos para melhorar a vida do povo ibiriteense. Da mesma forma, o Governador Aécio Neves, que chegou aqui num momento penoso e triste, com um povo pessimista, mas, nestes quatro anos, com muita inteligência e talento, conseguiu recuperar a auto-estima do povo mineiro e colocou-se como um grande administrador dos brasileiros. Então, é dessa maneira que exercemos a vida pública.

Quero respeitar toda essa manifestação de V. Exa. Tenho a certeza absoluta de que, neste ambiente extraordinário que é esta Casa, com um aprendizado constante, teremos a oportunidade de lapidar e melhorar a vida do povo mineiro a cada dia mais. Esse é um desejo não somente seu, mas também dos Deputados Ademir Lucas, Fábio Avelar, Célio Moreira, ou seja, de cada um de nós. V. Exa. pode estar certo de que esse é o grande sonho do Governador Aécio Neves, que, nestes quatro anos, já deu uma grande arrancada e, nos próximos quatro anos, pavimentará, com toda a clareza e firmeza, o futuro das gerações vindouras.

Deputado André Quintão, parabéns pela serenidade. Acredito que teremos oportunidade de realizar debates de alto nível e de esclarecimento, defendendo cada um seu ponto de vista, seu projeto e sua idéia. Certamente todos nós, independentemente da posição partidária, desejamos ver um Estado melhor e um Brasil muito mais feliz. Tenho a certeza de que cada um está contribuindo da sua maneira para melhorar a vida do próximo.

O Deputado André Quintão - Deputado Dinis Pinheiro, obrigado. V. Exa. aborda um assunto importante referente à questão da transferência de recursos ao pacto federativo. Tive o cuidado, ainda que de maneira breve, de fazer uma análise dos dois projetos de infra-estrutura mais importantes do governo.

O Pró-Acesso, que é um programa de asfaltamento, teve uma despesa liquidada de R\$ 312.000.000,00 e correspondeu a 69,66%, ou seja, 70% do valor autorizado, que era de R\$448.000.000,00. Desse valor liquidado e autorizado, 28,99% eram recursos provenientes da Cide e 41% de recursos ordinários. Na execução orçamentária, o governo do Estado executou 95% dos recursos da Cide e 91% dos recursos ordinários. Digo isso para mostrar que essa parceria é fundamental.

Para quem nos acompanha pela TV Assembléia, digo que o seu Município recebeu a pavimentação em 28,99% com recursos da Cide, do governo Lula; aliás, não é do governo Lula, mas seu, do cidadão que paga o combustível. Então, para que essa discussão, se o imposto é do Estado, da União ou do Município, pois, na verdade, sai do bolso do contribuinte? Essa é uma obrigação do poder público.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) - Isso é verdade.

O Deputado André Quintão - Deputado Dinis Pinheiro, isso é para mostrar que essa parceria talvez dê um bom relacionamento dos governos Lula, Aécio e Fernando Pimentel, pois há muita obra em parceria.

O outro é o Programa de Recuperação e Manutenção Rodoviária de Minas Gerais. Esse programa tem 30,74% de recursos da Cide e 57% de recursos ordinários do Estado. O Estado executou 99% dos recursos, tanto da Cide quanto dos ordinários. Se somarmos, temos em Minas Gerais R\$178.000.000,00 dos recursos da Cide aplicados nas estradas mineiras, como o Pró-Acesso e o Pró-MG. O governo do Estado executou 95,84% do crédito autorizado. Não houve contingenciamento nem bloqueio. O recurso chegou aqui limpinho, e o Estado gastou. Mas e o resto? Por que há essa diferença em porcentagem? Era recurso de empréstimos, contratos, e esse recurso não chegou, por isso o Pró-Acesso tem 69,66%.

Então, Deputado, concordamos com V. Exa. sobre a importância dos recursos federais, mostrando que o entrosamento do Presidente Lula com o governo Aécio Neves é bom para Minas.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) - Debater com V. Exa., pelos conhecimentos que detém, é um privilégio. Tem como o senhor informar-me qual a porcentagem hoje dos recursos que se encontram concentrados nas mãos do governo federal? Não sei se é 10%, 20%, 50%, 70% ou 80%.

O Deputado André Quintão - Os dados que tenho em mão são da execução orçamentária do Estado, mas o bolo tributário da última divisão...

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) - Está dando quanto?

O Deputado André Quintão - Não vou citar o número exato, mas V. Exa., que é municipalista... Conheço o Deputado.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) - Sou muito municipalista mesmo. É verdade. Parece que mais de 70% estão concentrados nas mãos do governo federal. O recurso está lá; então, é natural que parte dele venha para os Estados, venha para socorrer o povo brasileiro de uma forma geral. Todavia, quando o senhor fala em 28% da Cide, eu quero mais. Sou ansioso e otimista. Quero que esses recursos da Cide sejam totalmente utilizados na infra-estrutura de Minas e do País. Esse é o meu desejo. Não somente 28%, mas quero muito mais. No primeiro momento, os recursos se encontram lá; por outro lado, os encargos estão aqui.

Gostaria que o senhor utilizasse toda a inteligência e a sabedoria peculiares a V. Exa. para ajudar-nos, a fim de fazer muito mais, porque os recursos da Cide têm de ser totalmente investidos nessa área. Não tenho dúvida nenhuma de que o senhor estará trilhando esses caminhos para, cada dia mais, ajudar Minas, o Brasil e o governo federal a fazer um governo melhor, mais social, mais voltado para os Municípios. Essa é a nossa manifestação.

O Deputado André Quintão - Muito obrigado, Deputado. Esclarecendo que 28,99% é o percentual do conjunto autorizado para o Pró-Acesso, que corresponde ao recurso da Cide. Noventa e cinco por cento do recurso previsto da Cide para Minas foi executado. Então, não houve contingenciamento.

Finalizando, Sr. Presidente, e reiterando o que disse o Deputado Dinis Pinheiro, espero que, na semana que vem, quando provavelmente o Líder da Maioria esclarecer a execução orçamentária, que não venha com comparações com o governo federal, para não fugir do debate. Mas o governo federal gasta menos, o governo do Prefeito do PT de tal Estado, o Governador do PT do Acre ...

Temos que discutir Minas Gerais. Não temos que ficar fazendo comparações. O levantamento desses dados é para entendermos por que o Estado está com uma execução orçamentária melhor em algumas áreas, está gastando menos em outras áreas, para promovermos aqui um debate sobre prioridades. O governo irá encaminhar os 50 projetos estruturadores; há um, inclusive, que me deixa muito feliz, que é a implantação do SUS em Minas Gerais. A Oposição não está proibida de elogiar. Quando é bom, tem que ser elogiado.

No outro PPAG, tivemos que fazer uma emenda popular, que foi aprovada em Plenário, para termos um projeto de assistência social prioritário. Hoje, temos o Projeto nº 31. No PPAG 2008-2011, o governo vai mandar, originalmente, o projeto de implantação do Sistema Único da Assistência Social em Minas Gerais como projeto prioritário, o que é positivo. Aí, vamos estabelecer um debate a respeito do volume de investimento, de recursos, um debate mais orçamentário. Vamos discutir os programas, a qualidade da gestão, o impacto na vida das pessoas. Acho muito pouco que somente a execução orçamentária seja acompanhada não apenas pela Oposição, mas também pelo governo, porque esse é um papel de todos nós, desta Casa. Execução orçamentária é um indicador de prioridades e de qualidade de gestão, mas é um número frio. É muito importante acompanharmos também o relatório de metas físicas, o que ainda não fazemos na Assembléia. Esse seria um ponto importante, porque se pode executar todo o Orçamento, e não cumprir a meta física, ou se pode executar parte do Orçamento e cumprir 100% de meta física. Então, o primeiro passo é acompanhar a execução orçamentária, o que já estamos fazendo há quatro anos. Fico feliz por ter iniciado esse trabalho na Comissão de Participação Popular da Assembléia, e hoje o movimento social, ou seja, a área da assistência social, da criança e agora a área da segurança alimentar, já faz isso. Essas áreas estão se especializando em acompanhamento de Orçamento público. Hoje, essa experiência de Minas na área do Orçamento referente à criança, à assistência, à segurança alimentar, que está se constituindo, é referência para o Brasil. Já demos esse passo. O outro passo é a avaliação do relatório de metas físicas. Esse ainda não o fazemos. E o passo seguinte é o impacto na qualidade da vida das pessoas, o que também é muito importante. Pode-se gastar todo o recurso, podem-se cumprir as metas físicas, mas em que essas metas físicas estão causando impacto positivo na vida das pessoas? Esse é o passo seguinte. Considero esse trabalho da mais alta relevância, e ficam aqui essas indagações: "por que o governo gastou somente 14% no Programa de Combate à Pobreza Rural, 19,75% no Programa de Revitalização do São Francisco, 22,96% nos Arranjos Produtivos Locais e 34,09% no Programa Minas sem Fome? Por que a média dos estruturadores, que são os projetos prioritários, ainda que uma média muito superior à média dos anos anteriores - 83,74% -, é inferior à média do conjunto do Orçamento executado, que é cerca de 93,44%?". E também questiono o volume de recursos gastos com os estruturadores. Não faço discurso demagógico de retirar todo o recurso de comunicação social para investir em outra área. Não é isso. Realmente, devem-se gastar recursos com comunicação social, principalmente como utilidade pública, para esclarecer, para divulgar as campanhas educativas, para disseminar as boas experiências. Não podemos ficar nessa demagogia de criticar todos os gastos com a comunicação social, até porque somos governos federal e municipal.

É importante a parceria com os veículos de comunicação, com a grande mídia e com a mídia alternativa. Respeito e acho necessário esse investimento, encarando-o como parte do gasto público, desde que não seja muito superior às atividades-fins. Nesse ponto, questiono o fato de, entre os 35 projetos estruturadores, somente 12 terem um gasto superior ao da comunicação, e 23, um gasto inferior. Esse é o meu questionamento.

Não tenho a intenção de diminuir os gastos com a comunicação. Não entrarei nesse debate, até porque sou oposição ao governo, que tem sua lógica, sua política de comunicação social, sua relação com a mídia. Não me cabe analisar se está pouco ou não. Agora, considero pouco o que se gastou, em 2006, com o Projeto Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas: R\$25.000.000,00. O Estado poderia investir mais recursos ordinários, próprios, no Programa de Segurança Alimentar em Minas Gerais e também na área de educação infantil, além de ser mais ativo na promoção do desenvolvimento regional sustentável, buscando equilibrar melhor as regiões de Minas e combater suas desigualdades. Por isso, considero que os projetos de arranjos produtivos locais tiveram uma execução baixa: 22%. Havia um crédito autorizado de R\$41.000.000,00, que caiu para R\$13.000.000,00, mas se gastaram apenas R\$3.000.000,00.

Nesse sentido, levanto aqui esses dados e digo que, ontem, fiquei muito incomodado com os termos e o tom usado para falar do Presidente Lula. Não devemos reprisar isso, portanto prefiro fazer uma oposição de diálogos, de números, sem entrar em qualificações nem adjetivações do governante. O Governador Aécio Neves é um político de êxito: foi Deputado Federal Constituinte; exerceu vários mandatos federais; foi Presidente da Câmara dos Deputados - na época, ganhou a eleição contra a vontade do PSDB de São Paulo, fez uma aliança e chegou lá -; foi eleito aqui em primeiro turno, sendo o primeiro Governador a fazê-lo, em Minas, desde que há eleições em dois turnos; e foi reeleito. Não questionarei a legitimidade da eleição. Ele foi eleito em primeiro turno, e temos de respeitá-lo. Tínhamos outro caminho, outro candidato, o companheiro Nilmarírio. Temos outra visão de governo, mas, nem por isso, diremos que ganhou a eleição de maneira incorreta, indevida, que é irresponsável, populista - adjetivos ontem usados contra o Presidente Lula. Pelo contrário, o Governador Aécio Neves teve o mérito de escolher alguns bons auxiliares, que recuperaram a capacidade de planejamento do Estado, entre eles, o atual Vice-Governador, Antônio Anastasia, e o

Subsecretário Tadeu Barreto, para citar alguns do núcleo de planejamento que acompanho mais de perto. Ele teve também o mérito de fortalecer os projetos prioritários, estruturadores. Essa, então, não é uma diferença pessoal: o Governador é isso ou aquilo. Hoje, ele é um político reconhecidamente de voo nacional, ninguém desconhece essa situação.

Entretanto temos uma visão de Estado a ser confrontada e debatida com o governo. Teríamos que vincular este choque de gestão a um choque social, traduzindo a eficiência da gestão em melhorias mais diretas para a vida das pessoas, ou seja, o Estado poderia ser mais ousado na questão social.

Minas Gerais foi o Estado da Região Sudeste em que o trabalho infantil cresceu. O Estado promove o choque de gestão, melhora as finanças, retoma a capacidade de investimento, mas é o Estado em que o trabalho infantil aumentou. Há algo errado. Temos que fazer esse debate. Quando vamos ao Jequitinhonha, vemos as graves disparidades regionais da região em relação a regiões mais desenvolvidas.

Como promover maior equidade na distribuição dos recursos em Minas Gerais? O Poupança Jovem é um programa importante. Tem lançamento previsto de 50 milhões para este ano em Minas Gerais. Está começando com 5 mil jovens em Neves. Será que não poderemos ser mais ousados, ampliar de maneira mais intensa e rápida esse número, ampliar a abrangência desse programa? Pergunto-me se 5 mil jovens ainda não são um número limitado, pequeno, diante das carências da juventude mineira.

Pela gradualidade na implantação do programa, reconheço que implantá-lo de uma vez só, para todos os jovens, seria impossível. Há um processo de maturação programática.

Deixo, Sr. Presidente, Deputado Ademir Lucas, uma proposta. Cada centavo, cada recurso que o governo não gastar no Poupança Jovem, pela gradualidade da implantação do programa, que ele invista no programa de erradicação do trabalho infantil. O programa do Estado, do trabalho infantil, tem valores irrisórios, de R\$180.000,00, R\$220.000,00. A Assembléia Legislativa autorizou o governo a gastar 50 milhões com o Poupança Jovem, o que, provavelmente, pelo andar do programa, ele não gastará. E é justificável, apesar de achar que poderíamos ter mais ousadia. Mas esse recurso não pode ficar no Tesouro. Ele poderia ser reinvestido para o combate ao trabalho infantil, para enfrentar a violência e a exploração sexual. São idéias.

A respeito do censo escolar, Minas Gerais é o único Estado que não conta as crianças de creche comunitária, e Ibirité tem uma forte rede de creches comunitárias, para efeito de recebimento de recurso federal, de alimentação escolar. Realizamos uma audiência pública e o que solicitamos? Conseguimos uma grande vitória no Fundeb, que irá incorporar a educação infantil, a creche para crianças de até 3 anos. A relatora, no seu parecer sobre a medida provisória que regulamenta o Fundeb, apresentou uma sugestão nossa, incluindo creche comunitária para receber recurso do Fundeb, não só as escolas infantis municipais. Poderemos ter essa vitória daqui a alguns dias no Congresso. O censo escolar será feito agora, no mês de abril. Se Minas Gerais não recensear as crianças atendidas nas creches comunitárias, elas não receberão o recurso federal.

A Secretaria de Educação informa que elas têm de estar registradas no conselho. Mas, para estar registradas, têm que cumprir vários requisitos, e para isso, a creche precisa do recurso. Se ela não tem o recurso, não cumpre o requisito e deixa de receber o recurso federal.

A nossa proposta é fazer um registro prévio, fornecer um prazo. Esse pedido prévio, esse pedido de autorização já liberaria o Estado para fazer o censo. O censo vai sendo feito. Se no próximo ano a creche tiver condição de adaptar-se a esse recurso, ótimo, recebe-o e o aplica. Se não aplicá-lo e não se adaptar, deixa de recebê-lo no próximo ano. É o meio termo, é uma forma de ajudar as creches.

Essa é uma idéia para a Secretaria de Educação. O papel da Oposição é esse. Mais do que falar que o Prefeito, o Governador ou o Presidente é isso ou aquilo... Não temos que entrar nesse debate. Temos que identificar onde consideramos que há omissão, carência ou falha e apresentar alternativas. Só criticar: o Poupança Jovem está atendendo muito pouco...

Está começando com 5 mil jovens. É importante. Talvez não execute todos os R\$50.000.000,00. Portanto, ao invés de criticar a possibilidade de o governo não executar os R\$50.000.000,00, e acredito que não irá fazê-lo, já proponho que cada recurso não executado - e o governo preverá isso, pois estamos entrando no segundo trimestre - seja remanejado para a área de combate ao trabalho infantil, à violência e à exploração sexual. Já estou dando várias idéias para o governo. Se tivesse mais uma hora, deixaria outras, como aplicação nas áreas de ensino médio e fundamental, ou erradicação dos lixões. Temos o desafio de erradicar os lixões, mas é preciso apoiar os catadores de material reciclável. Já aprovamos emenda, e o Estado está iniciando esse diálogo com o movimento estadual Lixo e Cidadania.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) - Gosto de prestar atenção às manifestações de V. Exa., que são sábias; sobretudo neste momento em que se refere ao Poupança Jovem, esse novo programa extraordinário e de grande alcance social implantado pelo Governador Aécio Neves. E fiquei mais feliz porque o programa, além de combater a criminalidade e incentivar o jovem a dar um salto de qualidade em sua vida, foi iniciado na cidade mais pobre do Estado, Ribeirão das Neves. Nunca exercitei a política lá, mas é preciso fazer política voltada para os menos favorecidos. Fiquei encantado, pois o Governador demonstrou sensibilidade, correção e eficácia no direcionamento dos recursos. Está aí outro programa extraordinário de grande alcance social divulgado por todo o Brasil com entusiasmo. Sou otimista e já estou na fila, Ibirité está na fila. Espero que o governo gaste muito mais do que R\$50.000.000,00, e que esse projeto seja semeado por todo o Estado. Ibirité já está de prontidão, aguardando esse grande benefício social implementado pelo Governador Aécio Neves.

O Deputado André Quintão - Concordo com o Deputado Dinis Pinheiro, pois o IDH de Ribeirão das Neves é um dos mais baixos de Minas. Fico muito feliz porque uma lei de minha autoria foi sancionada pelo Governador em exercício, Antônio Anastasia. Essa lei permite a contratação de assistentes sociais e psicólogos na rede pública de educação, vinculada ao programa Poupança Jovem. Isso demonstra que, quando o governo tem abertura para receber as boas idéias apresentadas, o resultado pode ser o ganho para toda a comunidade. Obrigado.

## 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

### Discursos Proferidos em 10/4/2007

O Deputado Antônio Júlio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, assomo hoje a esta tribuna, mais uma vez, para falar sobre reunião da Comissão de Segurança Pública realizada nesta manhã. A Comissão convidou a Polícia Militar, o Presidente da Ademg, o Ministério Público e a associação dos vendedores de bebidas fora do Mineirão, para se discutir, mais uma vez, aquilo que muito tenho questionado aqui, o excesso de alguns membros do Ministério Público, quando sugeriram que não se pudesse vender bebida no Mineirão. Isso foi acatado pelo Presidente da Ademg sem nenhum embasamento legal, sem nenhuma norma que regulamente a proibição, trazendo enormes prejuízos para os proprietários de bares localizados dentro do Mineirão e também para as pessoas que vivem dos grandes eventos ali realizados. No entanto, deixa-nos um pouco assustados o fato de, há alguns dias, ocorrer ali uma grande festa - e é preciso mesmo que haja festas para os jovens -, o Axé Brasil, dentro do Mineirão, onde foi permitida a venda de tudo: droga, cocaína, maconha, gim, vodca. Já nos jogos do Atlético, no Mineirão, apenas foi permitida a venda de cerveja, nada mais que isso.

O que mais nos espantou, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, é que, na reunião, a polícia apresentou-nos dados estatísticos do primeiro trimestre do ano passado e do primeiro trimestre deste ano. Informaram que houve diminuição das ocorrências em 100%, 70%, o que não é verdade. Nos três meses do ano de 2000, com os três meses de 2007, houve 134 ocorrências policiais no Mineirão. Esse número não serve de parâmetro, nem para mostrar a segurança, muito menos a insegurança. Esse número é insignificante. Não estamos conseguindo entender. O boletim da Polícia Militar apresenta que há desacato. Tudo isso como se fosse um grande problema do Mineirão. Mas há também dados que apresentam 18 ocorrências de apreensão de drogas, de usuários de drogas e venda de drogas, e 5 ocorrências de embriaguez. É como se a bebida, Deputado Wander Borges, fosse o grande problema do Mineirão, como se todo torcedor fosse bandido perante o Ministério Público. Falo não apenas como Deputado, mas também como torcedor e usuário do Mineirão: não podemos ser tachados como bandidos.

É isso o que estamos vendo. Se a polícia é incompetente para fazer a segurança pública no Mineirão... Aí passa a ser incompetência, pois se proíbe a venda de bebidas, enquanto do lado de fora não há segurança nenhuma. O problema não se encontra dentro do Mineirão, mas sim fora. Os arrastões continuam acontecendo, e ninguém fala nada. Estamos aceitando passivamente. No último jogo do Atlético, vi uma cena: um senhor usava uma correntinha, e 10 rapazes que passavam por ali a tomaram dele. Não temos o direito nem de gritar. Não há polícia. Mas, dentro do Mineirão, não se pode vender cerveja; já não se pode ir ao Mineirão à tarde para assistir a um jogo com sua família e tomar uma cerveja. E isso porque um Promotor disse que não pode, passando a ser lei. Não pode.

Nós, da Assembléia Legislativa, estamos vendo isso passivamente. Não estamos reagindo, mas deixando o Ministério Público assumir um papel de um órgão todo-poderoso. Aliás, acima do Judiciário. No jogo do Atlético contra o Ipatinga, que seria no Independência, cujo estádio se encontrava fora das normas do Mineirão, um Promotor conseguiu uma liminar na Justiça proibindo a venda de bebidas alcoólicas. Foi noticiado que a venda estaria proibida à tarde, mas, pela manhã, a imprensa já sabia que a liminar havia sido deferida. Eles é que estão fazendo a petição e decidindo, em nome do Judiciário.

Estamos vendo o Judiciário e o Parlamento passivos, sem reação, vendo as coisas acontecerem. Pela imprensa, estamos vendo vários Promotores do interior aproveitar-se da ingenuidade dos Parlamentos municipais e até dos Prefeitos da maioria das cidades, enviando uma lei que proíbe o nepotismo, para ser aprovada. Temos de reagir a isso. Cadê a Associação Mineira de Municípios? Cadê a Associação dos Vereadores? Cadê a Assembléia Legislativa? Cadê o Judiciário para proibir essas ações que o Ministério Público tem feito principalmente contra os Prefeitos e as Câmaras Municipais? Não há legislação que proíba a contratação de parentes. Não falo dos excessos, mas das ações normais. No interior, é muito comum o Prefeito convocar um cunhado, a mulher ou um parente para trabalhar, mas tratam isso como se fosse crime. Como se fosse crime trabalhar para o serviço público, para o político.

Por que não aprovamos uma lei, já que há a hipocrisia da discussão do nepotismo, que proíba a participação de parentes de Promotores em concursos públicos do Judiciário e do Ministério Público? Seria legal. Considero uma aberração, uma irresponsabilidade tentarmos votar uma lei desse tipo, já que os nossos parentes, os nossos consanguíneos, são tratados pelo Ministério Público como bandidos, pois não podem ocupar cargos públicos, se alguém da família tiver mandato. Já os parentes deles podem passar nos concursos. Será que temos dúvida dos concursos? Será que vamos proibir que filho de Promotor seja Promotor? Será que vamos proibir ao filho de Prefeito ser Prefeito? Será que vamos proibir filho de Deputado virar Deputado, de ter uma experiência no Parlamento?

Vejo um excesso de poder do Ministério Público, e nós, do Parlamento, temos de agir. O que vimos na Comissão de Segurança Pública merece a reação da Assembléia Legislativa: o Ministério Público foi convocado e não compareceu à reunião. Ele se ausentou de uma discussão que contou com a participação de mais de 10 Deputados. Queremos conhecer os objetivos da proibição.

O Cel. Natal, da Ademg, em sua fala final, disse que cancelará a licitação e fará outra. Parece-me que não estamos tratando de segurança nem de insegurança, mas de negócios. Será que a licitação feriu alguém e esse alguém conseguiu proibir a venda de cerveja no Mineirão?

Não há dados estatísticos que mostrem à população, à torcida do Atlético e principalmente ao Atlético, que está sendo sacrificado por essas decisões, que a bebida faz mal. Em hipótese alguma defendo o uso da bebida alcoólica. Já fui um grande beberrão, hoje praticamente não bebo. Mas defendo a liberdade daqueles que, com suas famílias, querem ir ao jogo do Atlético e tomar uma cerveja. Que mal tem isso perante à sociedade? Se a polícia não tem condições de dar segurança ao torcedor que está no Mineirão, então temos de rever essa questão da segurança pública.

Os dados que vimos lá hoje, Deputado Vanderlei, deixam-nos tristes. Esse povo está achando que aqui na Assembléia só há ingênuos. Conheço a Ademg como poucos. Fui do seu conselho, no cargo da Assembléia Legislativa, participei de todas as reuniões e sei dos problemas que há no Mineirão.

No final do ano, Deputado Gustavo Valadares, houve aquela pirotecnia do Diretor da Ademg proibindo os cambistas, como se eles fossem o grande problema da segurança pública. Cambista existe em qualquer parte do mundo. À tarde, o rádio anunciava que não havia mais ingressos, e os guichês do Mineirão estavam fechados, mas compravam-se ingressos do lado de fora. Aliás, eu participei e até guardei os ingressos.

Agora, o que não podemos aceitar, e é isso que tem acontecido no Mineirão e não foi combatido, são aquelas pessoas que se dizem cambistas mancomunados com os bilheteiros. Se não conseguir vender, ele devolve para o bilheteiro. Não posso concordar que as coisas continuem dessa forma.

Na reunião de hoje de manhã, o Deputado Gustavo Valadares e o Ziza Valadares, Presidente do Atlético, foram muito felizes. Queremos levantar essa discussão, e a Assembléia precisa disso. Precisamos discutir a questão da Ademg e dar-lhe um remédio, antes que vire uma dengue hemorrágica. Já está hemorrágica. As decisões tomadas... Jogo do Atlético, jogo de futebol, o torcedor e sua família não podem ir ao Mineirão porque não podem beber cerveja. Mas o axé pode correr solto, como aconteceu, com várias ocorrências.

Naqueles dados, Deputado Gustavo Valadares, há 134 ocorrências em seis meses no Mineirão. Pelo amor de Deus! Como falei com o Coronel, isso não serve de parâmetro para discutirmos se a bebida faz bem ou mal ao torcedor, se lhe traz segurança ou insegurança. Infelizmente, não podemos levar em consideração os dados apresentados.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Deputado Antônio Júlio, agradecendo o aparte, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento e agradecer-lhe porque V. Exa. foi um dos Deputados que engrandeceram a audiência pública hoje, pela manhã, na Comissão de Segurança Pública, que contou com a presença de mais sete Deputados. É um quórum quase inédito em audiências públicas de comissão.

Todos os Deputados defenderam a mesma bandeira de que a proibição ou a comercialização de bebidas só pode ser regulamentada por projeto de lei aprovado por esta Casa e sancionado pelo Governador. Tem que ficar claro que a Assembléia Legislativa precisa voltar a cumprir o seu papel. E o Ministério Público precisa voltar a se colocar em seu devido lugar.

Cheguei na metade do seu pronunciamento, estava participando de uma comissão, e não sei se V. Exa. comentou sobre a ausência do Ministério Público na audiência pública. Um único cidadão foi responsável pela proibição da venda de bebidas, única e exclusivamente para os

times do Atlético e do Cruzeiro. E esse cidadão não teve a coragem e a hombridade de vir à reunião defender o seu posicionamento. O Ministério Público foi convidado, na pessoa do seu Presidente, e esse Promotor foi informado de que deveria ser ele o representante do Ministério Público na reunião. E ele não estava presente.

Ao contrário dos Defensores Públicos, que estão em greve há mais de 60 dias, mas fizeram-se presentes na reunião e deixaram clara a sua insatisfação com a medida tomada por um único cidadão - que fique bem claro isso. Um único cidadão conseguiu atrapalhar o lazer de milhares de mineiros que gostam de ir ao estádio e tomar sua cerveja.

Finalizando, Deputado Antônio Júlio, ficou parecendo, pelas palavras do Tenente-Coronel da Polícia Militar e do próprio Cel. Natal, que todos os torcedores que vão ao estádio saem de lá cambaleando, caindo de bêbados, que todo o mundo fica alcoolizado. Ora, o cidadão de bem vai lá e toma um copo, uma ou duas latas de cerveja. Ele não sai de lá cambaleando, não tem alterado o seu estado físico e emocional por causa de duas cervejas. Ele vai lá pelo lazer de assistir a uma partida do seu time de futebol, de cantar o hino e gritar "gol". E isso se completa com a cerveja. A mesma cerveja que completa o "axé". E, como disse o Tenente-Coronel, mais de 50% dos jovens que estavam no "axé", no mesmo Mineirão, onde foi permitida a venda de bebida - cachaça, uísque, cerveja, tudo -, eram menores de idade. E esse indivíduo, que hoje não teve coragem de vir aqui, não teve coragem de questionar o "axé". E sabemos por quê: o "axé" é bancado por grandes empresas e existem grandes interesses envolvidos. Então, esse mesmo cidadão que não teve coragem de vir aqui não tem coragem de questionar essas grandes empresas.

Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento, e continue contando comigo nessa batalha.

O Deputado Antônio Júlio\* - O mais grave, Deputado Gustavo Valadares, é que esse Promotor citado por V. Exa. fez o Presidente da Ademg assinar um TAC, e ele não tem autonomia para isso. E assinar esse termo de ajustamento com apenas duas pessoas, esquecendo-se que há outras pessoas envolvidas nesse evento. Os vendedores, os torcedores, os bebedores de cerveja, os que não gostam de cerveja - até para dar opinião contra - tinham que ser ouvidos.

Apenas o Presidente da Ademg e esse Promotor assinaram o termo de ajustamento de conduta, como se este fosse mais forte e tivesse mais validade e prestígio que a lei que esta Casa aprova. Estamos indignados com o que está acontecendo e esperamos que esta Assembléia reaja diante de tudo que tem acontecido, principalmente dos excessos do Ministério Público.

Por que o Ministério Público não age contra o governo para resolver o problema dos Defensores Públicos, que também é grave e sério para o povo mineiro? Quantas pessoas pobres e necessitadas dependem da Defensoria para a solução de seus problemas jurídicos? E a Defensoria não está conseguindo resolver essas pendências. É justa a reivindicação dos Defensores, que têm resistido bem. Sempre falo que, para entrar numa guerra, precisamos estar preparados para ganhá-la, e não para perdê-la, e os Defensores Públicos estão nesta Casa para lutar, o que precisam mesmo fazer.

É necessário que esta Assembléia entre ativamente nessa luta. Está passando da hora de o governo chamar os Defensores para uma negociação. O Deputado Mauri Torres estava aqui até há pouco. O governo tem de fazer essa chamada, mesmo que seja para dizer aos Defensores Públicos que não haverá aumento. Ele não pode ficar protelando porque o povo precisa da Defensoria Pública e do Estado. Por que o Ministério Público não age em defesa do povo mineiro, daqueles que não estão tendo assistência, em defesa do próprio sistema de Defensoria Pública?

Esse é o nosso pronunciamento. Espero que os Deputados e todos nós possamos acordar e exercer nosso papel de parlamentar, de modo a engrandecer este Parlamento. Da forma que está, em breve o Ministério Público definirá quem será Deputado ou Presidente desta Assembléia, e nós, que temos a delegação do povo para aqui estar, representando-o, não teremos ação. Se não agirmos, alguém agirá em nosso nome, e esse alguém será o Ministério Público.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ruy Muniz - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste das galerias, especialmente nossos conterrâneos montes-clarenses, comerciantes do mercado de Montes Claros que vieram visitar o Mercado Central de Belo Horizonte, a nosso convite, telespectadores mineiros; aproveite esta oportunidade para fazer um breve relato da viagem que fiz a Portugal, quando representei o Presidente desta Casa e esta Assembléia Legislativa num importante congresso sobre ciência e tecnologia, realizado em Vila Real, no Norte de Portugal.

Foi a primeira cimeira luso-brasileira, da qual participaram importantes cientistas de Minas Gerais, e de várias áreas: biotecnologia, geologia, saúde e agricultura. Profissionais da ciência, aqui de Minas Gerais, foram a Portugal emprestar seu talento e permitir transferência de tecnologia para o povo lusitano, assim como buscar tecnologias para o desenvolvimento deste Estado.

Desse congresso, saiu um convênio de cooperação entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - e a Fundação de Ciência e Tecnologia Portuguesa. Para cada euro que a Fapemig investir, a fundação lusitana também investirá um euro. A idéia é juntarmos cerca de 1 milhão ou 2 milhões de euros, o que corresponderá a quase R\$5.000.000,00, a fim de financiar projetos de pesquisa para o desenvolvimento de Minas Gerais e do Norte de Portugal. Esse convênio propiciará o financiamento de mais de 200 trabalhos de pesquisa de pesquisadores brasileiros, que estão fazendo mestrado e doutorado naquele país.

Contamos, nesse congresso, com a participação do Prof. José Geraldo de Freitas Drumond, Presidente da Fapemig, e do Prof. Mário Neto, Diretor Científico dessa Fundação, assim como de outros seis cientistas de várias universidades de Minas Gerais. Os frutos desse congresso muito contribuirão para o desenvolvimento de nosso Estado.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembrar-lhes do importante apoio que o Governador Aécio Neves tem dado à ciência e à tecnologia. Quando ele assumiu o governo, há quase cinco anos, eram investidos no orçamento da Fapemig apenas R\$13.000.000,00. Este ano, o referido orçamento conta com R\$160.000.000,00. Hoje o Governador destina 1% das receitas correntes do Estado para a área de ciência e tecnologia.

Apelo à Presidência, bem como aos demais componentes da Mesa, para que agilize a tramitação da Lei de Inovações, que está nesta Casa há alguns anos e colocará Minas Gerais na vanguarda, no que tange à área de ciência e tecnologia. Essa lei trará incentivos para a área de ciência e tecnologia em todas as regiões e fomentará os parques tecnológicos.

Em Montes Claros, no Norte de Minas, temos um projeto de um grande parque, mas, para isso, é necessário o apoio do governo de Minas, bem como a regulamentação da Lei de Inovações.

Agradeço ao Governador Aécio Neves - e ao mesmo tempo parabenezo-o pelo lançamento de mais um lote do Pró-Acesso. Ontem ele assinou a autorização para a construção de quase 820km de estradas em Minas Gerais. Desse modo, mais 34 Municípios mineiros serão ligados a várias estradas do Estado. Esse projeto é muito interessante. A região do Vale do Jequitinhonha, enfim, a região do Norte de Minas, foi muito beneficiada. Em nome da população norte-mineira, especialmente da do Vale do Jequitinhonha, agradecemos ao Governador, que tão

brilantemente vem desenvolvendo esse programa fantástico.

Anuncio que, na região circunvizinha a Montes Claros, Juramento, Itacambira, Cristália e Grão-Mogol, ainda no mês de abril, terão início as instalações das primeiras torres de telefonia celular. A Telemig Celular ganhou um lote no Norte de Minas e já vai levar telefonia celular às cidades pequenas que têm 8, 10 e 15 mil habitantes, nas quais as operadoras jamais instalariam antenas de telefonia celular.

O Governador Aécio Neves anunciou que, no prazo de 24 meses, todas as cidades mineiras contarão com esse serviço importante e moderno, qual seja a telefonia celular. Agradecemos ao Governador mais esse brilhante projeto.

Srs. Deputados, ao chegarmos a Belo Horizonte, normalmente passamos pela Av. Antônio Carlos, na qual avistamos a obra de duplicação que o Prefeito Fernando Pimentel, com o apoio dos governos estadual e federal, está realizando. Se viermos pela Av. Cristiano Machado, avistaremos a Linha Verde. Vemos muitas obras em Minas Gerais, a exemplo da construção do Centro de Especialidades Médicas.

Todavia, ao retornamos ao Norte de Minas Gerais, sentimo-nos tristes, principalmente quando chegamos a Montes Claros, pois vemos o abandono em que se encontra a nossa cidade, hoje conhecida como a cidade da "buracolândia", em virtude dos buracos que lá existem. Montes Claros, onde o desemprego impera, está muito feia. A cidade precisa do apoio de todas as lideranças políticas do Estado. É preciso ajudar o Prefeito Athos Avelino a fazer alguma coisa. O governo dele já está completando 28 meses, ou seja, faltam apenas 20 meses para o término de seu mandato, mas quase nenhuma obra foi realizada com recursos municipais.

Os Deputados do Norte de Minas resolveram formar uma bancada, com vista a apoiar o desenvolvimento da região. Agora há pouco, participamos de uma reunião em que discutimos problemas de irrigação com os produtores do Jaíba. Na oportunidade, discutimos temas como a situação dos pequenos produtores, o valor da conta de energia, o financiamento da produção, a renegociação de dívidas e o apoio para a construção de casas. Os sete Deputados da bancada do Norte de Minas participaram da reunião e discutiram todos os problemas. Com os demais Deputados, pretendemos levar desenvolvimento para o Norte de Minas.

Recentemente estivemos com o Governador Aécio Neves e reiteramos as solicitações de apoio ao desenvolvimento do Norte de Minas, bem como pedimos verbas para Montes Claros. Pedimos-lhe a liberação de R\$8.000.000,00 para investir em asfalto; R\$1.500.000,00 para investir no projeto Centro Vivo de Montes Claros, a fim de dar mais segurança ao nosso povo; e R\$2.000.000,00 para investir no término da obra do quartel do Corpo de Bombeiros.

Estamos trabalhando unidos para levar o desenvolvimento, mesmo que o Prefeito não esteja correspondendo às expectativas do povo. Estamos apoiando o Município de Montes Claros para que o desenvolvimento chegue até ele.

Sr. Presidente, quero mandar um abraço especial à diretoria do Mercado Central de Belo Horizonte, principalmente ao seu Presidente, o Sr. Marco, aos Diretores Ricardo e Vilmar, ao Diretor Operacional, Marco Aurélio, e ao assessor Helvécio. Muito obrigado a vocês, porque é por meio desse intercâmbio que possibilitamos o desenvolvimento e a integração de Minas Gerais.

Convidamos 50 comerciantes do Mercado de Montes Claros, que chegaram ontem a Belo Horizonte e estão passando o dia aqui para conhecer o Mercado Central de Belo Horizonte, para se inspirarem ao olhar como os comerciantes daqui fazem, para que possam fazer o mesmo trabalho no Mercado de Montes Claros, que se encontra abandonado. É o nosso cartão postal, mas encontra-se com seus banheiros destruídos, com o piso horrível, e, quando chove, há muita goteira. Está precisando de uma pintura geral.

Infelizmente, o Prefeito não está dando conta. Estamos fomentando a organização dos comerciantes para que, unidos por uma associação forte, possam realmente assumir o mercado.

Estamos ajudando na organização dos comerciantes do "shopping" popular de Montes Claros, porque o Prefeito Athos está querendo privatizá-lo. Esse "shopping" foi uma obra magnífica do ex-Prefeito Jairo Ataíde, que retirou mais de 300 camelôs, vendedores ambulantes das ruas e os levou para um bonito "shopping" popular de quatro andares. No entanto, agora o Prefeito Athos está facilitando a entrada do grande comerciante nesse "shopping" popular. Ele está afastando os pequenos comerciantes e colocando-os em situação de desemprego.

Não podemos deixar que isso aconteça. Estaremos apoiando a líder, a Presidente da associação, a comerciante Cássia. Fazemos um apelo aqui da Assembléia Legislativa de Minas Gerais para que o Presidente da Previmoc, administradora do "shopping" popular, tenha sensibilidade para cuidar daquele importante cartão postal de Montes Claros.

Alfredo, se você fizer isso, estará cumprindo bem a sua missão e correspondendo às expectativas do povo de Montes Claros, que quer que seu "shopping" popular funcione normalmente.

Temos muita esperança de que o Brasil, Minas Gerais, o Norte de Minas e que nossa Montes Claros também melhorem. Existem as iniciativas das pessoas de boa-vontade que querem fazer resultados, independentemente dos partidos políticos. É preciso união. Nosso papel nesta Assembléia será propiciar esse intercâmbio, trazendo as pessoas que fazem em Montes Claros para aprender mais e levar benefícios a todos os segmentos.

Estamos trabalhando hoje com o Mercado, mas posteriormente trabalharemos com os comerciantes de sapatos, que querem formar uma grande associação para atrair novamente indústrias de calçados para o Município. Trabalharemos também com o pessoal de corte e costura para fazer novamente Montes Claros um grande pólo de confecções. Produzimos muitos tecidos e "jeans", que são levados para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para o Nordeste e para todo o País.

Por que esse "jeans" que é produzido pela Coteminas em Montes Claros não pode ser transformado em roupa que tenha mais valor agregado? Por que não se podem fazer arranjos produtivos locais para desenvolver mais nossa cidade, gerar mais empregos, impostos e apoio para o nosso povo tão necessitado?

Finalmente, Sr. Presidente, quero manifestar o nosso apoio integral aos Defensores Públicos de Minas Gerais, profissionais que dão apoio às pessoas mais vulneráveis que não têm condições de pagar um advogado. Eles vão lá e estão à sua disposição. Eles precisam ser valorizados.

Todas as carreiras jurídicas foram valorizadas. O salário do Juiz era diferente do salário do Promotor, e hoje eles recebem a mesma quantia. Antigamente, um Juiz Federal ganhava mais que um Juiz Estadual, mas hoje o piso é nacional. Por que também não valorizar os Defensores Públicos, profissionais fundamentais para que a democracia seja respeitada no País?

Contem com nosso apoio, pois vocês merecem ser valorizados. Desejo-lhes uma ótima semana. Obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembléia, registro minha solidariedade e parceria com o movimento dos Defensores Públicos, que estão em greve há 61 dias.

Como disse o Deputado Ruy Muniz, numa sociedade injusta, em que o direito de muitos não é atendido e onde há bastante desigualdade social, a Defensoria Pública é o único meio, o único instrumento de que dispõe a pessoa mais carente. Portanto, registramos o nosso apoio.

Em meus pronunciamentos nunca deixei de manifestar as dificuldades que enfrentamos na nossa região, no tocante à segurança pública, e tem havido avanços. A comunidade paraisense e regional tem-se mobilizado, discutido os problemas, trazido soluções, e o governo tem atendido os anseios. A verdade é que avançamos, pois vários pleitos foram atendidos, mas isso ainda é insuficiente. Precisamos avançar ainda mais.

Na quinta-feira da Semana Santa, o Sr. Maurício Campos, Secretário de Defesa Social, com seu assessor, chefe de gabinete, estiveram em nossa cidade, São Sebastião do Paraíso, e apresentaram algumas propostas, para que haja avanços a curto prazo. Queremos mais e continuaremos cobrando e buscando soluções para a segurança de São Sebastião do Paraíso, cidade onde resido e que me deu grande votação. Também estavam presentes o Toninho, Prefeito de Arceburgo, o Presidente da Associação Microrregional e o Prefeito Norival, de Itaú de Minas. É lamentável o que ocorre nessas cidades e em várias outras cidades da região.

Nosso Governador tem dado soluções para tantos problemas difíceis, e espero que ele, com sua competente equipe, consiga uma solução para a segurança da nossa região, por onde entra grande parte da criminalidade que chega a Minas Gerais.

No dia 26 realizamos um debate público para discutirmos o empobrecimento do setor produtivo, e foi um sucesso, pois muitas pessoas participaram. Aliás, houve uma representatividade muito alta, que nos apertou, já que não podemos permanecer só no debate. É preciso que haja ações concretas, e foi o que fizemos. Contamos com a participação do Presidente Deputado Vanderlei Jangrossi, dos Deputados Chico Uejo, Padre João e Getúlio Neiva.

Também avançamos na reunião que realizamos na Comissão de Agricultura e fomos à Faemg, onde surgiu uma nova proposta. É possível que ocorra nesta Casa um debate em âmbito nacional, em que convocaremos as Comissões de Agricultura de todos os Estados brasileiros, assim como a Faemg convocará todas as federações de agricultura de Minas Gerais, para que possamos discutir com mais força o grande empobrecimento que está havendo no setor produtivo.

Esta semana visitei a maior bacia leiteira de leite tipo B do Brasil, na região de Passos.

É lamentável ver endividados produtores tradicionais, competentes. Esses produtores fazem parte de uma cooperativa também competente e capacitada, mas, mesmo assim, estão morrendo à míngua. Muitos deles têm praticado o canibalismo em suas propriedades. Ou seja, estão "comendo" os próprios parceiros, vendendo algumas vacas para manter outras produzindo leite.

Vejam a que ponto chegou o empobrecimento do setor produtivo no que diz respeito ao leite e ao café. Aliás, ontem o que aconteceu foi revoltante. O Deputado Elmiro Nascimento, que é um produtor competente, está a par do que aconteceu ontem relativamente ao café. Foi uma desmoralização total para a classe produtora.

Agora, no início do ano, a Conab divulgou a sua previsão de safra para este ano. Estavam previstos 30 milhões de sacas de café, ou seja, quase 30% da previsão mundial, o que é muito, dados os excessos de chuva e de sol ocorridos no ano passado. Com certeza, isso irá comprometer a nossa safra de café, mas, mesmo assim, vamos aguardar para ver.

Ocorre que ontem o IBGE, que não tem nada a ver com isso, divulgou uma outra previsão de safra. Depois do Haiti, o Brasil foi o segundo País que cresceu a uma taxa de 2,3%. Então ele só não perde para o Haiti, na nossa América Latina.

Como estava dizendo, o IBGE mudou a metodologia, e o Brasil ultrapassou El Salvador. Da mesma forma ele fez com o café. Ele não tinha nada que dar a sua opinião, ainda mais divulgando uma previsão totalmente absurda e contrária aos 30 milhões de sacas da Conab. A apuração do IBGE chegou a casa dos 37 milhões. Com que interesse o IBGE fez isso? Posso lhes garantir que existem interesses muito fortes por trás disso, envolvendo o capital. Estou falando de coisa grande.

Mais uma vez, a Bolsa despenca e o produtor perde dinheiro, com menos expectativa de haver uma melhoria no preço do café. Qualquer opinião que sai da forma como foi divulgada pelo IBGE manipula o mercado, e quem perde é o já sofrido produtor.

O PIB do café, ou seja, o mercado do café movimenta, no mundo, 70 bilhões, mas, pelas mãos do produtor, passam apenas 5,6%. Isso significa que o produtor de café, de Minas, do Brasil, da minha cidade de Jacuí, de Paraíso e de toda a nossa região, virou escravo. Um escravo que tem de produzir e produzir para, depois, perder.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa., por isso lamentamos muito o produto café, por ser ele tão importante não só para Minas, mas também para o Brasil.

O café já teve uma forte representação nas economias mineira e nacional. Prova disso é que ganhamos muito dinheiro com as nossas exportações para o mundo inteiro. Lamentavelmente, esse problema não está sendo acolhido, como deveria ser, pelo governo.

V. Exa. disse que o IBGE, que não tem nada a ver com a agricultura nacional, soltou uma previsão de 37.000.000t.

Lamentavelmente, Deputado, também sou de uma região cafeeira importante; também sou produtor de café e sei como os produtores estão sofrendo. A minha região é uma das mais produtivas do Estado de Minas, incluindo Carmo do Paranaíba e Patrocínio, não somente em quantidade, mas, principalmente, em qualidade.

A safra de café se reduziu bastante. Parece que ela não vai atingir nem mesmo os 30 milhões predeterminados pela Conab. As previsões do IBGE logicamente farão cair, cada vez mais, o preço do café. Infelizmente, hoje não estamos conseguindo nem mesmo custear as despesas com plantio e colheita. Com isso, perde o produtor, perde o Estado, perde o Brasil, e perdem todas aquelas pessoas empregadas no cultivo do café.

Lamentavelmente, o governo não está olhando como deveria para a agricultura, que está bancando a inflação e colocando o Brasil em situação excepcional do ponto de vista econômico. Sabemos da importância do café para a história deste país. Esse grão já gerou muita divisa em termos de exportação.

Parabenizo-o por seu pronunciamento. V. Exa. é uma das pessoas que mais entendem de café neste Parlamento. Sabemos da importância da cafeicultura não somente para a história de Minas e do Brasil, mas principalmente para a economia do País.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Obrigado, Deputado Elmiro.

O café está em baixa, o produtor se humilha e sofre, o adubo sobe 20% numa semana, o glifosato sobe 50%. Há problemas e mais problemas, e agora temos previsão de seca. Portanto, o momento e o horizonte do nosso produtor são sombrios. Espero que Deus o proteja e ilumine, que o novo Ministro da Agricultura trabalhe com pessoas sérias e que absurdos e aberrações como essa sejam corrigidas enquanto há tempo. Caso contrário, daqui a alguns dias não haverá pequeno, médio ou grande produtor no Brasil. Os grandes grupos e as multinacionais farão com que eles sejam excluídos.

Gostaria de falar ainda sobre o municipalismo. Fui Prefeito três vezes e sempre participei dos movimentos das associações microrregionais - a Amog, a Ameg, da região de São Sebastião do Paraíso, Guaxupé e Passos -, da Associação Mineira dos Municípios - AMM - e da Confederação Nacional dos Municípios, tão bem dirigida pelo Prefeito Paulo Ziulkosky. Hoje, em Brasília, haverá mais uma marcha dos Prefeitos para cobrar ações do governo. Quantas e quantas vezes foram a Brasília? Havia avanços no governo passado, mas, infelizmente, o governo Lula tem enrolado, falado, sem cumprir.

Os Municípios estão cada vez mais asfixiados, sem gás, sem fôlego. Há muitos encargos e deveres a serem cumpridos e poucos recursos. Para se ter idéia, ao se falar de impostos e contribuições, o bolo que sai do bolso do trabalhador, do consumidor, de quem paga imposto neste país é repassado da seguinte forma: de cada R\$100,00, apenas R\$10,00 aproximadamente, ou seja, 10%, chegam aos Municípios. Com contribuições como a CPMF e a Cide, esse número atinge 14%. Essas são as melhores, mas ainda é muito pouco. Na verdade, os Municípios estão sem fôlego e enfrentam uma situação a cada dia mais difícil.

Cumprimento a associação mineira, que fez a sua parte e provavelmente levará o maior grupo de Prefeitos a Brasília. O próprio Governador Aécio tem tomado medidas relativamente ao pacto federativo. Esta semana a imprensa noticiou que ele está cobrando o que foi sinalizado pelo Presidente há pouco tempo e que, aparentemente, era positivo, mas nada aconteceu. Hoje, as charges dos jornais mostram isso de forma pejorativa, dizendo que o governo recebe, agrada, faz uma reunião, monta uma comissão e joga tudo para lá. E são os Prefeitos que cobram, sem ter mais instrumentos para buscar solução. Essa é a verdade.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelo Estado, o Governador fez um grande programa, saneou grande parte dos problemas e tem conseguido grandes investimentos. Exemplo disso é o Pró-Acesso, fruto da batalha de 224 Municípios mineiros que não tinham acesso às rodovias. Se existe uma coisa triste numa cidade é o fato de ela não ter ligação asfáltica. Se Deus quiser, nos seus oito anos de mandato, o Governador realizará esse sonho dos Prefeitos, das Lideranças e do povo mineiro. Cumprimento-o por isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos continuar defendendo, com força, o municipalismo e o produtor, que a cada dia está mais sofrido, humilhado e empobrecido.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Sr. Presidente, em nome da Presidência, cumprimento os companheiros, as Deputadas e os Deputados presentes e os Defensores Públicos do nosso Estado, que nos visitam mais uma vez para reivindicar seus direitos, e têm o apoio desta Casa Legislativa. Esse movimento ocorre há 61 dias e é legítimo. Gostaria de não ocupar esta tribuna por mais tempo e por mais vezes, porque desejo que o movimento dos senhores também tenha um ponto final.

Mais uma vez, renovo os meus cumprimentos, o nosso apoio total e irrestrito a um movimento tão justo, que tem causado grande transtorno, principalmente na defensoria das pessoas humildes deste Estado. É necessário que as nossas autoridades entendam esse movimento e a urgência de se pôr um ponto final, pois milhares de pessoas precisam desse grande trabalho que os senhores exercem em todo o nosso Estado.

Meus cumprimentos a todos na pessoa dos Defensores Públicos de Montes Claros, que estão sempre presentes e, por meio de um telefone ou uma visita pessoal, solicitam a nossa presença. Por isso mesmo, com a determinação da Defensoria Pública de Montes Claros, posso sentir a responsabilidade dos senhores para pôr um ponto final no movimento, a fim de haver um embate vitorioso, uma situação já definida. Portanto ficam aí os meus cumprimentos e os de toda a edilidade, de todos os Deputados Estaduais deste Estado.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - V. Exa. falou sobre a greve dos Defensores Públicos. Gostaria de lembrá-lo que o Dr. Leopoldo Portela Júnior tomará posse amanhã como Defensor Público Geral. Desejamos a ele um bom comando na sua classe, desejamos que a posse amanhã seja um passo importante para dar fim a essa greve, com bons resultados para os Defensores. Fizemos uso da palavra para defender os Defensores Públicos de Minas Gerais; aliás, já falei sobre a nossa visita na Defensoria Pública de Divinópolis, onde vimos o trabalho realizado.

Com a posse amanhã do Dr. Leopoldo, esperamos que haja por parte do Governador sensibilidade para que essa greve chegue ao fim. Sempre que ocorrem greves, normalmente são os mais carentes e pobres que sentem o problema na pele. A Defensoria realiza esse trabalho direto para as pessoas que precisam da atenção da Justiça. Sabemos que não há democracia sem justiça.

Desejo ao Dr. Leopoldo sucesso à frente dos trabalhos. Que essa greve termine com bom resultado para os Defensores Públicos de Minas Gerais! Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade venho hoje à tribuna desta Casa para falar sobre a importância do Pró-Acesso, um programa do governo do Estado que foi ontem anunciado; todavia, antes de abordar esse assunto, gostaria de comentar uma reportagem que li hoje na grande imprensa nacional, referente ao anúncio da prorrogação da CPMF no nosso país por mais quatro anos, ou seja, até 2010.

Entendo que todo imposto, toda taxa, tudo o que nós, contribuintes, cidadãos, pessoas que mantêm vivo o Estado pagamos, se retornar como benefícios a nossas famílias, como aumento de empregos, nós o fazemos com consciência da aplicação, ainda que seja uma carga tributária altíssima. Na verdade, mais de 42% do que recebemos vai para impostos e taxas.

Em relação à CPMF, tenho a certeza absoluta de que ela tem causado uma indigestão e uma indignação muito grande no povo brasileiro e nos contribuintes, pois não se tem nenhuma informação básica de para onde vão os recursos dessa contribuição. Perguntaria se alguém sabe a sua destinação. Ninguém sabe, Deputado Ademir Lucas. O dinheiro sai diretamente das nossas transações econômicas e bancárias, indo para uma caixa único, sem nenhuma informação ao povo brasileiro.

Essa contribuição foi criada para subsidiar, para pagar o custo da saúde pública no País, para fazer com que ela não tivesse essa defasagem que tem, que não sofrêssemos tanto como estamos sofrendo agora. Não estou falando de milhões, mas de bilhões de reais que caem no caixa único do governo, sem nem sequer uma informação à população brasileira. Estou falando de uma tabela do SUS que está congelada há vários

anos; do pagamento pelo serviço médico prestado no valor de R\$2,80 por consulta; na retribuição que o governo dá a um hospital que não vive, sobrevive, no valor de R\$7,50 por diária, para pagar os serviços de enfermagem, de hotelaria, medicamentos e exames. Estamos falando de R\$7,50 por diária! Infelizmente, o recurso não volta para todos nós.

Esperava hoje anunciar que, graças a Deus, felizmente, tínhamos ficado livres da CPMF, assim como da Cide e de várias outras taxas sobre as quais não temos nem sequer informações.

Como dizia, infelizmente, tivemos o anúncio de que essa famigerada contribuição, a CPMF, está prorrogada até 2010.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, desejo fazer duas intervenções no pronunciamento de V. Exa.: inicialmente, a respeito da CPMF; posteriormente, sobre os Defensores Públicos.

Em relação à CPMF, lembramo-nos disso muito bem, ela foi criada, inicialmente, como uma contribuição provisória para acudir a saúde. Foi criada pelo respeito que o Congresso Nacional - e o povo brasileiro continua tendo - tinha pelo então Ministro da Saúde, Adib Jatene. Acreditava-se que, sendo o Adib Jatene o Ministro da Saúde, os recursos advindos dessa cobrança iriam verdadeiramente para a saúde. Quer dizer, foi o aval do referido Ministro que fez com que o Congresso Nacional votasse a criação dessa contribuição para socorrer a saúde pública.

Vemos que, realmente, da criação até essa data, a saúde não evoluiu em nenhum momento e, lamentavelmente, essa cobrança, primeiro, está sendo transformada de provisória em permanente, e, segundo, para pagar juros da dívida pública.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Para constituir o superávit primário.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Para pagar juros mesmo.

Realmente, lamentamos esse desvio de comportamento e de conduta no momento em que a saúde pleiteia o apoio do poder público. V. Exa. já nos trouxe os dados a esse respeito. Vemos, agora, a prorrogação até 2010 para a formação do superávit primário, que acaba servindo para pagar a dívida do País.

Queria aproveitar a generosidade de V. Exa. para reiterar não só o apoio aos Defensores Públicos, mas também para fazer uma breve retrospectiva histórica. Minas Gerais foi sempre o berço da liberdade, da independência e da justiça. Minas Gerais de Felipe dos Santos, de Tiradentes, de Tancredo Neves.

Gostaria de lembrar que Tancredo Neves, em um momento histórico, disse aos mineiros que o primeiro compromisso de Minas era com a liberdade e, em outro momento, ele também disse que um País sem pão, sem teto e sem justiça não seria um País desenvolvido. Fazer justiça ao Ministério Público; estender o manto generoso a toda a nação brasileira, aos Ministérios Públicos dos Estados; fazer justiça à magistratura; estender o teto do STF até à Justiça Estadual e não atender aos Defensores Públicos é faltar com a justiça por inteiro. Assim, quero apoiar os Defensores, mais uma vez. O Estado de Minas Gerais deveria dar um passo à frente e atender a reivindicação da Defensoria Pública.

Obrigado pelo aparte, Deputado.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Gostaria apenas de compartilhar com V. Exa. a questão do SUS. É uma vergonha nacional o que acontece com quem não tem um plano de saúde. Nós, que estamos na região metropolitana, onde o índice de pobreza é também muito acentuado, como o é em outras regiões, temos convivido diariamente com a dificuldade de se fazer uma ressonância magnética, uma tomografia, ou mesmo um exame qualquer. Você vai para uma lista, para a fila do SUS oito, nove, dez meses. Aí o cidadão morre, infelizmente.

Quanto à CPMF, querem prorrogá-la, pois é receita própria da União, não é divisível com Estados e Municípios, não é receita transferível. E hoje, Deputado Carlos Pimenta, o jornal noticia que no percentual de 1% - a marcha de Brasília acontecerá nesta semana - o governo não vai mexer. É um contra-senso o que acontece hoje neste país.

Quero também solidarizar-me com os Defensores Públicos. É uma causa justa. Acredito que a posse do novo Defensor-Geral, amanhã, abra um caminho para institucionalizar uma negociação e que seja o mais breve possível, a bem daqueles que necessitam da Justiça gratuita.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Muito obrigado, Deputado. Com os pronunciamentos de V. Exa. e do Deputado Ademir Lucas, resumimos bem a questão da CPMF. Pelo fato de ser médico e pertencer à Comissão de Saúde, fico particularmente indignado. Esperava um fim para esse recurso, ou que pelo menos fosse convertido para a saúde. Se assim o for, vamos nos calar e até aplaudir o governo, mas, como está, é um dinheiro jogado fora, desperdiçado, sem retorno e, principalmente, sem informações.

Queria congratular-me com o Governador Aécio Neves pelo anúncio ontem da primeira etapa do Pró-Acesso no seu segundo governo, quando ele anuncia benefícios para 34 cidades no valor de R\$400.000.000,00.

Recebi vários "e-mails" e telefonemas da população de Varzelândia, cidade de mais de 25 mil habitantes.

Há mais de 10 anos, lutamos pelo asfalto da sua via de acesso, assistindo a algumas ações de outros governantes que chegaram a assinar a autorização do asfaltamento, que até hoje não foi executado. Ontem o Governador deu a ordem de serviço, que deve iniciar em junho deste ano. Se Deus quiser, ainda neste ano, teremos asfaltados os 30km da via de acesso da cidade de Varzelândia, entre São João da Ponte e Varzelândia, beneficiando toda a cidade. Esse é um esforço de todos nós, do Governador, deste Deputado, do Deputado Arlen Santiago. Estamos comemorando, em nome do povo de Varzelândia, Grão-Mogol, Berizal e várias outras cidades do Norte de Minas, da Zona da Mata e do Vale do Jequitinhonha.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)\* - Gostaríamos de parabenizá-lo pelo pronunciamento a respeito da CPMF, que não é dividida pelos Estados ou pelos Municípios, fazendo com que os Municípios brasileiros estejam em situação de penúria.

Ouvimos hoje o pronunciamento do Deputado Antônio Júlio. Em Montes Claros, na semana passada, o Tribunal de Justiça sequestrou R\$550.000,00 e, hoje, mais R\$850.000,00. Pegou o dinheiro da Prefeitura para pagar precatórios. Não há uma discussão, uma negociação com a Prefeitura. Precatórios de 20 anos pagos em apenas um dia, fazendo com que a Prefeitura fique sem dinheiro para pagar o funcionalismo. Vemos que a divisão está muito ruim. Hoje conversava com o Prefeito Athon Avelino e percebi seu sofrimento causado por essa busca do Tribunal de Justiça. Pedimos o apoio da Justiça e do Ministério Público para que possamos rediscutir esse pacto federativo com o Governador Aécio Neves.

Tivemos essa má notícia para Montes Claros, mas recebi agora um telefonema dizendo que o BNDES acabou de aprovar um financiamento para a Copasa, trazendo recursos para a colocação de água e esgoto de boa qualidade para todos os distritos de Montes Claros - São Pedro das Garças, Santa Rosa de Lima, Nova Esperança, Miralta, e todos os outros. V. Exa., bem votado em Montes Claros como eu, tem essa alegria, apesar da tristeza causada pelo Tribunal de Justiça, que quebra a negociação das contas públicas seqüestrando recursos da Prefeitura, situação que não vemos em outras ações do Tribunal de Justiça. Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Muito obrigado pelo aparte, e agradeço também ao Presidente. Pronunciamento mais democrático que esse é impossível, porque quase todo o meu tempo foi utilizado com apartes. Mas ficam as boas notícias e esse registro do nosso descontentamento pela prorrogação da CPMF. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Brevemente quero cumprimentar a Mesa e registrar aqui meu carinho pelo companheiro Tilden, ex-Embaixador do Brasil em Cuba, dizendo do meu carinho e do compromisso histórico com a causa dos trabalhadores em Minas e no Brasil. Seja bem-vindo, amigo e companheiro Tilden Santiago.

Nesses minutos que nos restam, não poderia deixar de registrar, nesta terça-feira em que retornamos à luta, a presença da Defensoria na Casa. De fato, temos muitos problemas para resolver no País - a distribuição de renda, as desigualdades sociais, a construção da cidadania e o aprofundamento da democracia -, assim como temos muitos problemas para resolver em Minas Gerais, de responsabilidade da sociedade e do próprio governo, mas, depois de 61 dias, a greve da Defensoria Pública se torna uma vergonha para o Estado. Isso é algo muito concreto para mim.

É preciso existir um diálogo. Tenho conversado com os Defensores e Defensoras e acredito que abrir as negociações e chamar a sua representação é o início para tal diálogo. O representante da base do governo já disse aqui que a solução estava por vir e que aconteceria na semana passada, ou há 15 dias, mas estamos vendo os dias de greve do órgão aumentarem. Como nós, a maioria dos Deputados estão incomodados com essa indefinição, desrespeito e falta de resposta do governo de Minas a uma das causas mais importantes do Estado.

Deixamos aqui esse registro mais uma vez. Temos assumido um compromisso com a causa dos mais pobres, com a causa da justiça para os mais pobres, com a causa da defesa das classes populares. Fazer essa relação é uma questão de vida para nós. Por essa razão, deixamos mais essa solicitação. Temos certeza de que a base do governo, que também é solidária a essa causa, está incomodada com essa demora de definição, de resposta. E esperamos, assim como o povo de Minas, sua população mais pobre e seus Defensores Públicos, uma resposta que de fato garanta um piso salarial mais digno. Esperamos que haja um avanço e a perspectiva de se apoiar a justiça popular no Estado.

Deixamos, então, nosso abraço pela perseverança dos Defensores. Cumprimentamos o Veneroso, pela disposição e garra com que conduz o processo, e também a Adep, representação dos servidores. Nosso abraço, Eduardo, pela disposição, energia e luta nesses 61 dias, pois não é fácil garantir a mobilização e a organização de uma categoria. É uma vitória a presença dos Defensores aqui na Assembléia Legislativa por 61 dias.

Por fim, quero deixar registrado que, junto com o Deputado Padre João e a Bancada do PT, estamos acompanhando a causa de muitos atingidos pelas barragens no Estado. Nesse final de semana estivemos reunidos com representantes dos movimentos sociais - Movimento dos Atingidos pelas Barragens - MAB -, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST - e Movimento dos Pequenos Agricultores - que hoje constituem a Via Campesina e que ocuparam, em Governador Valadares, no Distrito de Baguari, uma área destinada à inundação da Hidrelétrica de Baguari. Na oportunidade, as famílias se organizaram para discutir os impactos sociais, ambientais e culturais que ocorrerão naquele distrito, atingindo não somente o Município de Governador Valadares, mas também o de Periquito e outros, por onde eclodirão os impactos dessa construção.

Na semana passada, o Ministério Público Federal pediu a suspensão inicial das obras para fazer um estudo mais detalhado dos impactos ambientais na fauna e na flora e dos impactos sociais das famílias atingidas da Ilha Bonaparte. A região será bastante prejudicada.

Estamos solidários, acompanhando de perto as famílias. Se, de fato, vier a acontecer a barragem, é necessário que haja justiça, garantia de direitos e, principalmente, indenização para as famílias e para a questão ambiental e social da Hidrelétrica de Baguari.

Fica o registro do nosso compromisso com as famílias, com todos os atingidos, com a região e com os Municípios que serão atingidos pela barragem. São motivos para, cada vez mais, nos aprofundarmos e avaliarmos qual deve ser o melhor modelo energético para um desenvolvimento real e sustentável para o nosso país, especialmente para Minas Gerais. E qual o impacto que todas as barragens a serem construídas, e são muitas, terão no Rio Doce, no São Francisco, enfim, nos rios do Estado.

Tudo isso merece uma reflexão, uma avaliação, um acompanhamento e uma fiscalização maior para a implementação das barragens. Mas, especialmente, que haja justiça para os atingidos e um acompanhamento efetivo e direitos garantidos. Muito obrigada.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/4/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Vanderlei Jangrossi

exonerando, a partir de 5/4/07, Antônia Junqueira da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Daniel Augusto Perez Fernandes do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Denilson José da Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Diego Rocha Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Eduardo da Silva Cardozo do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Enio Fabricio Flores Taipinas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Felipe de Figueiredo Freire do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Guilherme Francisco Chaves Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Isabela Reynaldo Dias do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Isaura Pereira Pinto de Lima do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, José Carlos da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Leonardo Castro Diniz Portela do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Luiz Cláudio de Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Marcelo José de Oliveira do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Maria de Lourdes Lopes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Marilene de Castro Mendonça Silva do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Mauricio Geraldo dos Santos do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Pablo Henry Fernandes Aquilar do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Rita de Cássia Peixoto Silva do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Roseli Portes Marques Paes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Ruth Ribeiro de Mendonça do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Simone Paula da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando, a partir de 5/4/07, Viviane de Fátima do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2007

TOMADA DE PREÇOS 1/2007

Objeto: contratação de empresa de engenharia para proceder reforma em área do 1º subsolo do Palácio da Inconfidência.

#### Resultado da Classificação Final

Classificação	Licitante
1º lugar	Paineira Engenharia Ltda.
2º lugar	CBR Construtora Ltda.
3º lugar	Construtora Mega Ltda.
4º lugar	Reitec Impermeabilização e Construção Ltda.
5º lugar	Porto Seguro Engenharia Ltda.
6º lugar	Esquadra Engenharia Ltda.
7º lugar	CPM Engenharia e

	Construções Ltda.
--	-------------------

Belo Horizonte, 16 de abril de 2007.

Eduardo de Matos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.